

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOÃO HENRIQUE F. MORAES

**A TRANSFORMAÇÃO GLOBAL NO “LONGO SÉCULO XIX” E AS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS.**

Recife
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

M827t Moraes, João Henrique F.
A transformação global no “longo século XIX” e as Relações Internacionais Contemporâneas / João Henrique F. Moraes. – Recife, 2017.
89 f.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Joyce Helena Ferreira da Silva.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Século XIX. 3. Transformação global. 4. Dinâmicas internacionais. I. Silva, Joyce Helena Ferreira da Silva. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2018-083)

JOÃO HENRIQUE F. MORAES

**A TRANSFORMAÇÃO GLOBAL NO “LONGO SÉCULO XIX” E AS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS.**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da
Instrução Cristã - FADIC, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais.

ORIENTADORA: Profa. Joyce Helena

Recife

2017

JOÃO HENRIQUE F. MORAES

**A TRANSFORMAÇÃO GLOBAL NO “LONGO SÉCULO XIX” E AS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS.**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da
Instrução Cristã - FADIC, como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Aprovado em: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Orientadora: Joyce Helena
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Profa.: Susan Lewis
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a meus pais, que me proporcionaram a oportunidade de buscar conhecimento, e que, assim como todos os meus amigos e namorada, me fizeram acreditar no meu potencial para realizar este trabalho.

Agradeço ao Professor Pedro Gustavo Cavalcanti Soares pela ajuda e co-orientação, ao Professor Fábio Lucas Pimentel que me auxiliou na composição da estrutura da monografia, e a minha orientadora, a Professora Joyce Helena, por me auxiliar de maneira pontual a concluir essa monografia.

“A direta observação de si próprio não basta para se conhecer: necessitamos da história, pois o passado continua a fluir em mil ondas dentro de nós; e nós mesmos não somos senão o que a cada instante percebemos desse fluir”.

Friedrich Nietzsche

Resumo

O presente trabalho busca por abordar as relações internacionais a partir das dinâmicas materiais, institucionais e simbólicas, dentro da proposição de Buzan e Lawson (2015), que destacam a tripartite da transformação global (industrialização, Estado-racional e ideologias de progresso), que ocorreu no “longo século XIX”, como característica fundamental para a constituição da estrutura moderna das relações internacionais. Através dessa abordagem, será estudado os traços históricos que moldaram a modernidade dentro de uma perspectiva global, assim como se propõe a explorar os aspectos que se apresentam na “pós-modernidade”. O trabalho procura relacionar uma série de obras com características interdisciplinares das ciências humanas para compreensão das relações internacionais de maneira mais completa e dinâmica.

Palavras-Chave: Século XIX. Transformação Global. Dinâmicas Internacionais.

Abstract

The present work seeks to approach the international relations from its material, institutional and symbolic dynamics within the proposition of Buzan and Lawson (2015), in which the tripartite of global transformation (industrialization, rational state and ideologies of progress), that occurred in "the long nineteenth century", is a fundamental characteristic in the building of a modern structure in international relations. Through this approach, it will be studied the historical events that shaped modernity into a global perspective, as also the aspects that compose "postmodernity". This thesis relates a series of works with interdisciplinary characteristics of the human sciences for understanding international relations with a broader view.

Key Words: 19th Century. Global Transformation. International Dynamics.

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | 9 |
| 2. Cap. 1 - Industrialização, Acumulação de Capital e Hegemonia | 13 |
| 3. Cap. 2 - As Instituições de Poder no Sistema Internacional | 33 |
| 4. Cap. 3 - Razão, Ideologia e Identidade | 51 |
| 5. Cap. 4 - As Dinâmicas Internacionais e as Transformações Contemporâneas | 68 |
| 6. Conclusão | 78 |
| 7. Considerações Finais | 81 |
| | |
| Referências Bibliográficas | 84 |

1. Introdução

A transformação global é o tema central do livro *The Global Transformation*, no qual os autores Buzan e Lawson (2015) destacam o impacto causado na humanidade e nas relações internacionais pelos eventos que ocorreram no “longo século XIX”¹. Os teóricos comparam a importância dos efeitos da transformação global com a revolução agrícola, que transformou a espécie humana de caçadores-coletores nômades para uma sociedade agrícola, aproximadamente a 12.000 anos atrás².

Os autores destacam para três componentes cruciais dessa transformação que ocorreu na era moderna: *i) industrialização; ii) a formação racional do Estado; iii) ideologias de progresso*. O surgimento dessas características resultou em mudanças nas interações sociais, econômicas e políticas entre as comunidades humanas do mundo inteiro, pois agora interagiam de maneira global e cada vez mais complexa, alterando a forma como os atores das relações internacionais se comportavam em relação ao poder.

Essas três características são as que constituem as dinâmicas no modelo de poder das relações internacionais na modernidade, que foi uma estrutura utilizada para conquistar a hegemonia global. Esse modelo colocou o Estado-nação como principal agente das relações internacionais na era moderna, assim como também acarretou em alterações materiais e simbólicas na humanidade.

As consequências desse modelo de poder estabelecem situações que vão desde intensos conflitos globais em busca por hegemonia e ao mesmo tempo num progresso tecnológico e científico antes impensável nas civilizações anteriores. O processo dessas dinâmicas é contínuo ao longo da história, e ao observar as transformações contemporâneas, que tem como ponto de partida os acontecimentos políticos, econômicos e sociais da década de 1970³, o modelo de poder da modernidade (industrialização, Estado-racional e ideologias de progresso) passa por mudanças sistêmicas.

Analisando a atual situação do sistema internacional, pode-se observar: *a) uma nova etapa do capitalismo, com sua livre movimentação de capitais financeiros e a tecnologia*

¹ Colocado por Hobsbawm (2015b, pág 20) e reforçado por Buzan e Lawson como período entre 1776 a 1914.

² Os autores estabelecem o argumento na observação de mudanças no modelo de produção, a partir de Hobsbawm e Gellner. (BUZAN & LAWSON, 2015, p. 18)

³ Época que marca o fim de um período de prosperidade capitalista que acompanhava os países da Europa, Japão e EUA desde o pós-guerra. Como também é um período de transformações sociais pós-moderna. Este marco temporal será analisado como início da contemporaneidade ao longo do trabalho.

digital; b) separação do poder e política das mãos do Estado⁴; c) advento da “crise de identidade” na pós-modernidade⁵.

Os pontos destacados desestabilizam diretamente a solidez do funcionamento do modelo de poder moderno ao mesmo tempo que divergem completamente do propósito de desenvolvimento e democracia, desencadeando em um cenário de incertezas e conflitos, subjetivos e sociais, muito além da geopolítica e economia global, mas alterando a própria composição do comportamento humano e dos agentes do sistema internacional.

A construção das relações internacionais contemporânea está intimamente ligada a transformação global do século XIX, mas atualmente já é possível analisar uma mudança na estrutura que caracterizou o surgimento da modernidade global. Cada cultura possui uma maneira própria em estabelecer valores, costumes e comportamentos, mas a modernidade global, que embora tenha suas origens nas interações intersocietárias do mundo, é em grande medida parte do exercício do poder europeu e seus valores, que demonstrou uma grande capacidade em moldar a lógica humana dentro de determinados objetivos para servir o propósito do modelo de poder numa escala internacional.

Mesmo que os valores da modernidade, e especialmente sua corrente humanista, buscam a prosperidade e progresso humano, se observa na contemporaneidade uma estrutura que se distânciava cada vez mais de seu projeto original, possuindo consequências socioeconômicas globais.

As relações entre diferentes comunidades políticas na contemporaneidade possuem uma complexa dinâmica de fatores, sendo impossível segregar o cenário internacional atual de uma série de eventos que se acumulam e se transformam desde o início da Era Moderna, ou até mesmo antes disso. A sociedade global⁶, que surge do longo século XIX, compartilha de valores e maneira de pensar e agir, com as devidas singularidades culturais de cada sociedade, que em conjunto das interações de atores protagonistas, como o mercado, as Organizações Internacionais e o Estado, possuem consequências nas .

Através do que foi abordado até o momento, como o modelo de poder moderno das relações internacionais possibilitou a transformação global no “longo século XIX” e quais as

⁴ Evidenciado pela insurgência de novos atores que influenciam na tomada de decisão nas relações internacionais.

⁵ Momento em que as características do mundo simbólico moderno, de sua narrativa até suas promessas, são questionadas ou lutam por sua conservação.

⁶ A definição de sociedade global parte do que classifica Octavio Ianni (1999, p. 50) “A própria cultura de massa, de origem nacional e mundial, espalha-se por todos os cantos e recantos. Modos de vestir, falar, agir, pensar, lutar, imaginar são impregnados de signos do mundo urbano, da cidade global”.

dinâmicas de poder, desde seu modelo até aos atores da estrutura, que caracterizam o sistema internacional da contemporaneidade?

Buzan e Lawson discorrem sobre a situação contemporânea a partir da descentralização na distribuição do poder para outras partes do mundo além do Ocidente, ao contrário do sistema internacional de centro-periferia com capacidades hegemônicas completamente desiguais que perdurou do início da modernidade global⁷ até o início do século XXI. Além da nova distribuição de poder entre Estados na era contemporânea, é importante analisar os novos tomadores de decisão que surgiram nas relações internacionais, em paralelo com as alterações na estrutura do modelo de poder.

Dentro desse questionamento é importante observar o sistema internacional como uma rede de interações entre comunidades humanas institucionalizadas na estrutura global, analisando seu comportamento ao longo de dinâmicas sociais e materiais. Partindo da industrialização, do Estado-racional e das ideologias de progresso, será observado os resultados da hegemonia Ocidental no mundo e como se caracteriza a atual estrutura de poder das relações internacionais.

A partir da tensão conflituosa entre os novos e velhos atores, que se caracterizam através da sociedade civil global, organizações internacionais e o Estado-nação, gera uma disputa entre instituições sobre um modelo de poder moderno em desgaste. A observação desse cenário revela uma importante discussão para as relações internacionais contemporâneas, pois é dessas dinâmicas que se desenvolve as interações que resultam no momento atual, conhecido como “pós-modernidade”.

Partindo dos autores Buzan e Lawson, o presente trabalho utilizara dos conceitos apresentados em *The Global Transformation*, como parte principal da teoria que estabelece as relações internacionais contemporâneas como fruto de uma transformação global no longo século XIX, que ocorreu a partir da: *i) industrialização ii) Estado-racional iii) ideologias de progresso*, que evidenciaram um novo modelo de poder no sistema internacional.

Os autores partem da Teoria Crítica das Relações Internacionais⁸, que também será utilizada como embasamento do argumento deste trabalho, em compasso com a Teoria da

⁷ “Longo Século XIX”

⁸ “Esta [Teoria Crítica] não enxerga fatos da mesma forma que a teoria tradicional. Para teóricos críticos, fatos são produtos de estruturas sociais e históricas específicas. A percepção de que teorias estão fixadas nessas estruturas permite que os teóricos críticos reflitam sobre os interesses atendidos por uma teoria particular. O objetivo explícito da teoria crítica é promover a emancipação humana, o que significa que a teoria é abertamente normativa, assumindo uma função até no debate político. Nisso, diverge radicalmente da teoria tradicional ou positivista, na qual a teoria deve servir à neutralidade e se preocupar somente com a descoberta de fatos preexistentes e de regularidades em um mundo independente e externo” (SILVA, 2005, p. 249).

Complexidade de Edgar Morin⁹, que questiona a ciência moderna no que tange sua indiferença sobre a interdisciplinaridade nas ciências sociais. A partir desses pressupostos levar em conta as dinâmicas entre disciplinas como a economia, sociologia e ciência política na análise histórica podem auxiliar na compreensão das interações que compõem as relações internacionais.

Este trabalho abordará as três características da transformação global proposta por Buzan e Lawson na constituição das relações internacionais no longo século XIX, analisando o surgimento do modelo de poder moderno e evidenciando os desdobramentos contemporâneos desses elementos, que entram em evidencia principalmente a partir da década de 1970. Para observar a construção dos valores da sociedade e das estruturas de poder no sistema internacional contemporâneo é necessário utilizar do método histórico para montar uma linha de eventos decisivos que a deram forma.¹⁰

Além dos autores principais da análise, também será importante os estudos do sociólogo Zygmunt Bauman (2001; 2016) para descrever sobre o aspecto contemporâneo das relações humanas individuais e coletivas, além de outros autores que abordam sobre uma modernidade tardia, ou “pós-modernidade”, como David Harvey (2014) também serão de crucial importância. Para auxiliar na compreensão das relações de poder na Europa através dos séculos, mesmo a partir do período da idade média europeia, Adam Watson (2004) colabora na sua observação do modelo de poder pré-moderno. O historiador Eric Hobsbawm (1995; 2015a; 2015b) auxilia na elaboração do projeto pois detalha a história de forma bastante enfática no desenvolvimento do homem moderno e das instituições construídas, como o Estado-nação e as repercussões do capitalismo no mundo.

Compreender como o sistema internacional e a sociedade global moderna foi constituída é uma jornada que busca não apenas esclarecer os questionamentos da disciplina das Relações Internacionais, mas também de investigar a história que a espécie humana criou para si e suas consequências.

⁹ “Portanto, o desafio da globalidade é também um desafio de complexidade. Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes. Ora, os desenvolvimentos próprios de nosso século e de nossa era planetária nos confrontam, inevitavelmente e com mais e mais frequência, com os desafios da complexidade”. (MORIN, 2004, p. 14)

¹⁰ [...] consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 107)

2. Capítulo 1 - Industrialização, Acumulação de Capital e Hegemonia.

Industrialização e a extensão do mercado para uma escala global produziu aumentos significativos na capacidade interativa, trazendo todas as partes do sistema internacional num contato muito mais próximo. Ao mesmo tempo, o novo modelo de poder associado com industrialização e mercantilização produziu grandes desigualdades entre sociedades. O resultado foi um sistema que era simultaneamente intensamente conectado e profundamente dividido. (BUZAN & LAWSON, 2015, p. 3, Tradução livre)

O mundo pré-moderno¹¹, no que tange os meios de produção das civilizações humanas, permaneceu desde a revolução agrícola sem grandes alterações. A acumulação de capital, refletia o mecanismo de trabalho do homem sobre a terra para a exploração de bens essenciais para o consumo humano, como cereais, vegetais e outros tipos de alimentos que se adequavam a um povo específico. O emprego de ferramentas, mecanismo de irrigação e força animal auxiliavam nos meios de produção, mas apenas o suficiente para subsistência do povoado e os excedentes de produção eram trocados em feiras e mercados. A característica que possibilitou a produção cada vez maior desses produtos foi através da industrialização, que está diretamente alinhada na transição da era pré-moderna para modernidade, relacionando comunidades do mundo inteiro em complexas interações econômicas e de poder.

Este capítulo busca analisar dois pontos essenciais, observando: *a) o surgimento da industrialização como característica do modelo de poder internacional, as suas consequências e as repercussões históricas das dinâmicas políticas e econômicas que surgem desde o século XIX ao fim do acordo de Bretton Woods; b) as dinâmicas contemporâneas das RI no quesito da acumulação de capital, em relação com o paradigma neoliberal e o cenário produtivo do Século XXI.*

2.1 Desenvolvimento Econômico como Instrumento de Poder.

Gordon (2012) e Kremer (1993) relatam que, até o século XVIII, a acumulação de capital no Reino Unido, a primeira superpotência global, era praticamente nula, desde os

¹¹ O que será levado em conta como pré-modernidade é o período que se estende do fim do império romano do ocidente (476 d.C.) até o fim do Antigo Regime na França (1789). Embora existam marcos que sejam importantes para sinalizar uma nova era na história humana, como a revolução científica e industrial, até mesmo a Revolução Gloriosa na Inglaterra (1689), o fim do Antigo Regime é um evento que marca pela sua violenta característica que abalou o mundo da nobreza europeia. Ao longo do trabalho o termo “pré-modernidade” será abordado de acordo com seu ponto referencial.

séculos anteriores e possivelmente também dos milênios anteriores. Um dos principais pontos que define a modernidade está justamente na mudança do meio de produção que possibilitou o crescimento exponencial de produção, que acarretou na mudança que Buzan e Lawson (2015) colocam como força de transformação global. Essa mudança ocorreu gradativamente ao longo do tempo, com as características iniciais da inovação tecnológica nos anos ao longo da década de 1770¹².

O palco principal desses novos mecanismos de produção estava localizado na Inglaterra do século XVIII, possibilitando a produção de bens de consumo sobre baixos custos e de larga escala. Embora a industrialização tenha seu início desde 1770, o surgimento de um sistema fabril e uma sociedade industrial florescem apenas no século XIX (BUZAN & LAWSON, p. 148). Posteriormente, com a expansão da industrialização para além da Inglaterra, seria a base do novo modelo de poder que possibilitaria que Estados da Europa Ocidental acumulassem capital de maneira surpreendente.

A agricultura também passou por intensas mudanças nas estratégias de produção para viabilizar maior produtividade e seus lucros no setor. As terras aráveis na Europa, Rússia e a nas colônias cresceram de 225 milhões de hectares em 1860 para 439 milhões em 1910 (OSTERHAMMEL, 2014, *apud idem*, p. 149). As economias periféricas se firmaram como exportadores agropecuárias, como no caso do Brasil, Argentina e tantos outros países da América Latina, o que também é uma consequência da política econômica Europeia de desindustrialização desses países¹³.

O mundo de ferro e aço possibilitou que as *capacidades interativas físicas* e as *capacidades interativas sociais*, se manifestassem sobre uma rapidez cada vez maior e com um menor preço. Isso significa que as informações, os recursos materiais, a cultura e as relações humanas de uma maneira geral, puderam ser transportadas de maneira mais fácil, possibilitadas pela “diminuição” do mundo (*idem*, p. 95).

As capacidades interativas dizem respeito sobre a possibilidade de transportar ideias, bens, pessoas, dinheiro e forças armadas através do sistema (BUZAN & LITTLE, 2000, 80-4). Capacidade interativa não somente diz respeito a essa capacidade de transportar esses objetos, mas sua velocidade, volume e preço em que essas movimentações se dão, que dependem parcialmente de tecnologia e na existência de ordem política suficiente que permita interações estáveis (*idem*, p. 69)

¹² A Máquina de fiar hidráulica, *Water Frame* e *Spinning Mule*, foram essenciais para uma transformação na indústria do algodão, que foram inventadas em 1770, 1775 e 1778 respectivamente. As formas iniciais das máquinas a vapor também são tecnologias do século do XVIII, assim como a iluminação de gás. (*idem*, p. 148)

¹³ Tanto a comercialização da agricultura e a desindustrialização coercitiva de territórios rivais de competição foram significantes fundamentos no desenvolvimento industrial do capitalismo, providenciando uma lógica pela qual setores têxteis e armamentistas foram reestruturadas (*idem*, p. 150).

A “compressão do tempo-espaço”, como põe Harvey (2014, p. 219-235), diz respeito à concepção de mundo que foi alterada em razão da diminuição do tempo relativo ao espaço. O autor explica que entre 1500-1850 a velocidade média de transporte era de 16 Km/h. A partir do longo século XIX a velocidade média aumentou para 100 Km/h dos trens e 57 km/h dos barcos a vapor. A descaracterização da comunicação como dependente do transporte físico, graças ao telégrafo e ao rádio fez com que as notícias e informações fossem passadas quase que instantaneamente (BUZAN & LAWSON, 2015, p. 69).

As dinâmicas dos meios de produção industrial, a capacidade interativa e o imperialismo descrevem os métodos segundo os quais uma potência viabilizaria seu poder sobre o sistema econômico mundial.

A relação entre o Estado e o mercado estava intimamente ligada nas dinâmicas de poder no século XIX, pois era necessário que políticas fomentassem crescimento econômico e em alguns Estados essa se tornou a principal característica de desenvolvimento da nação, como no Japão e Alemanha. Em ambos uma “revolução de cima” no sentido, econômico, social e político, foi parte de políticas de desenvolvimento de uma velha ordem aristocrática-burocrática em resposta a estrutura de poder global que se tornava evidente, principalmente a partir da segunda metade do século (HOBSBAWM, 2015b, p. 235-236). Nos EUA a guerra civil e a política expansionista foram essenciais para o processo de consolidação da nação e de seu poder econômico, sua parcela na produção global subiu de 23% em 1870 para 30% no ano de 1900 e em 1913 o percentual foi de 36% (PANITCH & GINDIN, 2012, *apud* BUZAN & LAWSON, p. 155)

2.2 Internacionalização do Comércio e Relações Financeiras.

Desde o século XV o mundo era um sistema econômico internacional, mas apenas no século XIX surge um sistema internacional completo, com complexas interações entre os Estados no sentido político, social e um profundo arranjo de relações econômicas. O capitalismo havia se sofisticado ao ponto que transações financeiras se tornaram característica central nas dinâmicas das relações internacionais, as moedas cunhadas sobre metais preciosos, como o ouro e prata, se tornaram bastante comuns durante boa parte da idade média até a era moderna. Em 1870 se inicia um processo de padronização do ouro como base das operações monetárias internacionais, moldando tanto a economia internacional como as relações de poder.

Por que, então, uma série de países europeus escolheram a década de 1870 para adotar o padrão ouro? Em determinado plano, a resposta é a Revolução Industrial. Seu

símbolo, a máquina a vapor, eliminou o obstáculo técnico. A industrialização transformou a Grã-Bretanha, o único país que já adotara o padrão ouro, na mais importante potência econômica do mundo e na principal fonte de financiamentos externos. Isso encorajou outros países que pretendiam manter relações comerciais com a Grã-Bretanha e dela importar capitais a seguir seu exemplo (EICHENGREEN, 200, p. 42).

No início do século XIX os países se configuravam sobre diferentes padrões monetários, seja ele ligado ao ouro, prata ou até mesmo ambos, como no caso do padrão bimetálico. Eventualmente, devido à influência internacional britânica e de outros países que usavam preferencialmente o ouro, como a Alemanha, estabeleceu-se no início do século XX um padrão ouro de fato (*idem*, p. 45). Houve, no entanto, um problema, essa mudança impactou sobre os preços que caíam ao ponto de provocar uma deflação, não havia moeda suficiente para a demanda global. No Reino Unido entre 1873 e 1879 os preços caíram em 18% e em outros países em 19% (*idem*, p. 44). Embora existissem considerações em voltar para um sistema bimetálico que oferecesse mais moedas em circulação para barrar a deflação, a Inglaterra e Alemanha estavam decididos em manter seus interesses sobre a padronização do ouro. O sistema internacional sobre esse grau de intensidade e profunda interrelações proporcionava tanto um *boom* econômico, como entre 1850 e 1870 (HOBBSAWM, 2015a, p. 91), como também eventuais crises econômicas, uma das primeiras depressões econômicas de escala global perdurou entre 1873 até 1896 (BUZAN & LAWSON, p. 152-153).

O funcionamento dos fluxos de capital desse padrão foi elaborado teoricamente por David Hume, que analisou a relação entre a balança comercial e o nível de preços entre dois países, um exportador e outro importador. Segundo sua teoria, um país que possui balança comercial deficitária vai apresentar uma fuga de moedas de ouro para o país que concedeu as importações. Com um menor número de moedas de ouro o nível de preços baixa, em contraste com o nível de preços do país superavitário que aumenta. Dessa maneira os preços baixos se tornam atrativos para o país superavitário, que começa a importar. Essa relação tenderia, teoricamente, a um equilíbrio nos fluxos de capital, mas na prática o que acontecia era que países como a Inglaterra, utilizavam de artifícios financeiros concedendo empréstimos e/ou aplicando investimentos diretos nos países. O capital saía do país, mas ainda servia os interesses britânicos (*idem*, p. 51-52). Dessa maneira fica bastante claro que os interesses hegemônicos exerciam bastante força nos complexos aspectos financeiros, os grandes bancos ingleses eram um importante mecanismo para financiamento e fluxos de capital do mundo. Isso também significava que uma interdependência financeira se estabelecia. Em 1889 a Argentina quando

falhou em honrar seus pagamentos com o banco inglês Barings, os ativos de um dos bancos mais importantes do mundo valiam quase nada (BUZAN & LAWSON, 2015, p. 152).

O sistema monetário financeiro internacional a partir do padrão ouro com taxas de câmbio fixas vigorou entre 1870 até 1913, os anos que seguiram esse período foram de um clima de guerra e instabilidade que surgia¹⁴. Devido a Primeira Guerra Mundial, manter os estoques de ouro era de extrema importância para financiar as necessidades de um país em guerra. Isso significa que os fluxos de capital no sistema internacional ficaram restritos e neste cenário as taxas de câmbio começaram a flutuar, as transações comerciais e financeiras permaneceram instáveis.

2.3 Do Boom ao Abismo da Economia Global

A paisagem da década de 1920, pelo menos nos EUA, que no período eram um dos únicos centros capitalistas que prosperavam sem muitas dificuldades, foi chamada de *the roaring twenties*, também conhecida como os anos loucos, é notado como um período que se desenvolve vários aspectos contemporâneos do capitalismo no XX.

O consumo se tornou aspecto central da sociedade americana e logo mais global, quando se percebia o rápido crescimento econômico dos EUA e “satisfação” dos cidadãos por desfrutarem de um estilo de vida abundante. A indústria automobilística, com a adoção dos modelos fordistas de produção, crescia de maneira espantosa, em 1885 somente existiam 8.000 carros registrados nos EUA, em 1912 o número chegou a 902.000, quando em 1920 o número já chegava a 9,2 milhões de carros registrados. (TOPIK & WELLS, 2012, *apud* BUZAN & LAWSON, p. 79)

Os Estados Unidos estavam em situação privilegiada quando a poeira da Grande Guerra havia baixado, seu envolvimento com a guerra não foi tão intenso como os países europeus, que se encontravam num território destruído pelo conflito. A Grã-Bretanha já não possuía mais o seu alcance economicamente predominante depois da guerra, sendo obrigada a vender parte de seus ativos no exterior (EICHEGREEN, 2000, p. 75). Mesmo após uma relativa recuperação econômica na Europa entre 1924 e 1929, o desemprego era de 12% a 10% na Grã-Bretanha, Alemanha e Suécia, quanto que nos EUA era somente de 4% (HOBSBAWM, 1995, p. 95). Os

¹⁴ As características do acirramento imperial e suas consequências serão aspectos abordados devidamente no próximo capítulo. Por hora, fica importante ressaltar a intensa competição entre os impérios europeus na expansão de seus interesses políticos, militares e econômicos, na tentativa de manter o *status quo* ou conquistar maior parcela de participação hegemônica no sistema internacional.

aliados europeus, haviam utilizado de financiamento americano durante a guerra, evidenciando o dólar como moeda importante o sistema econômico internacional, mas o apoio não durou muito, com o fim do conflito o apoio foi cessado (EICHENGREEN, 2000, p. 77). A década de 1920 foi caracterizada pela tentativa da estabilidade econômica interna, já que vários países saíram da guerra com altas taxas de inflação. A tentativa de restaurar o padrão ouro na segunda metade da década não possuía dos mesmos atributos do período pré-guerra, era necessário a retomada do crescimento a qualquer custo e por isso os fluxos de capital eram tímidos, impossibilitando um mercado internacional que viabilizasse o crescimento concreto (*idem*, p. 76).

Os EUA fomentaram na institucionalização de bancos centrais para melhorar o funcionamento do sistema monetário internacional, mas mesmo com esses esforços o que parecia ser uma retomada do crescimento internacional no final da década, foi percebido uma realidade oposta. O *boom* dos anos 20 levou investidores a especularem fortemente na bolsa de valores e o rápido crescimento nas indústrias americanas ocasionou na produção de enormes quantidades de mercadorias, maior que a demanda.

Junto a esses fatores os salários dos trabalhadores não acompanhavam os lucros das empresas, o dinheiro permanecia em grande quantidade nas mãos dos empresários (HOBSBAWM, 1995, p. 105). A produção exagerada de produtos a partir da especulação, sem o real consumo de toda essa produção, foi um dos principais fatores que desencadearam no estouro na bolha, houve desvalorização abrupta de ações na bolsa de Nova Iorque e em outubro de 1929 a quebra da bolsa desencadeia num período compreendido como a Grande Depressão. O impacto da crise econômica além de brutal nos EUA, afetou as economias mundo inteiro.

A Alemanha, que conseguia recuperar suas produções industriais lentamente na segunda metade da década de 20 com ajuda de empréstimos americanos, havia deixado sua economia bastante vulnerável e como não foi possível manter os financiamentos com a crise aumentou ainda mais o número de desempregados, aferindo quase 44% da população alemã (*idem*, p. 95-97). Nos países periféricos que dependiam economicamente da exportação de *commodities* para os países centrais, sofreram com suas implementações de medidas protecionistas para proteger o mercado interno, os produtores de café brasileiros, com ajuda do governo, iniciaram uma queima do estoque para evitar a deflação.

Segundo Eichengreen (p. 80-81) em 1932 o mundo estava dividido em 3 zonas de influência: a) *padrão ouro residual*; com os EUA à frente; b) *área da libra*; com a Grã-Bretanha

sobre liderança e os países que adotavam a paridade com a moeda; c) *Europa central e oriental*; na qual a Alemanha liderava e existia controle sobre o câmbio.

Fora dessas zonas estavam alguns outros países que optavam por manter autonomia a fim de negociar com variados mercados internacionais. Essa divisão do sistema monetário internacional não contribuía para uma estabilidade. Com a eleição de Roosevelt na presidência dos EUA, o padrão ouro foi abandonado e o Estado desvalorizou o dólar para dessa forma proporcionar uma estabilidade interna nos bancos e na economia. Logo em seguida outros países seguiram a onda de desvalorização de moedas, desencadeando num novo cenário de flutuação de câmbio, mas dessa vez com intervenções do governo a fim de obter mais controle sobre a economia.

O mundo começou a sentir novamente o clima sombrio da guerra que se tornava cada vez mais inevitável. A busca para conquistar mercados e ampliar o poderio imperialista da Alemanha desencadeou na segunda guerra mundial, um conflito ainda mais devastador. Embora o envolvimento americano tenha sido mais forte nesta guerra, principalmente no lado do oceano pacífico, a sua posição geopolítica privilegiada manteve novamente o seu território conservado. O destaque dos EUA como potência capitalista estaria consolidada no final da guerra e sua moeda, o dólar, seria um novo início para as relações no sistema monetário internacional, que ocorre em *Bretton Woods* (1944).

2.4 Bretton Woods e a Necessidade da Cooperação.

Era evidente que desde a transformação global o mundo se tornava num grande sistema interdependente e que a ação unilateral dos países poderia prejudicar todo o funcionamento da estrutura capitalista. Mesmo em 1865, os países europeus já haviam tentando tomar iniciativa de cooperação no quesito da economia internacional, no entanto, com um escopo bastante limitado, apenas França, Bélgica, Itália, Suíça e Grécia se juntaram para formar a União Monetária Latina, na tentativa de padronizar as moedas de ouro (EICHEGREEN, 2000, p. 40). Dessa vez era necessária uma estrutura muito mais ampla e concreta, com o fim da guerra que se aproximava e que trazia consigo questionamentos para como seria o sistema econômico internacional no período pós-guerra.

As incertezas anteriores não deveriam transparecer no novo mundo que surgia em prol do desenvolvimento econômico, pleno emprego e estabilidade. Por isso, em 1944 na cidade *Bretton Woods* nos EUA, para solucionar os obstáculos do passado 44 países se reuniram. Os

EUA e o Reino Unido foram atores essenciais para o andamento das negociações. É importante ressaltar que o domínio do padrão libra-ouro havia perdido sua força e os EUA já se configuravam como uma potência internacional, sendo um produtor industrial dominante e capaz de financiar a reconstrução da Europa e do Japão. Na reunião, como objetivo central, foi discutido a retomada do comércio internacional, o fortalecimento dos Estados e o controle dos fluxos financeiros internacionais de curto prazo¹⁵. Era de extrema importância que os países voltassem a cooperar, para ser possível o desenvolvimento das nações capitalistas.

Para o sucesso dos objetivos da reunião, os países teriam que solucionar o problema com o mecanismo de ajuste nas balança de pagamentos, tanto dos países deficitários quanto os superavitários. John Keynes havia entendido que não importaria qual fosse a moeda de plena conversibilidade no mundo, mas como esse mecanismo de ajustamento operaria em função do equilíbrio das economias capitalistas.

Sua ideia era proporcionar a criação de uma câmara de compensação, dotado de uma moeda internacional, o *bancor*. Os superávits seriam depositados na *International Clearing Union* (ICU), a câmara de compensação, em forma da moeda de reserva, o *bancor*, e este seria utilizado para emprestar a países deficitários. Embora fosse uma boa solução a ser colocada em prática em prol da cooperação capitalista e dentro dos objetivos de Bretton Woods, ela implicaria que países cedessem ainda mais sua soberania sobre sua política econômica. Com a ascensão cada vez mais evidente dos EUA como hegemônico global e seu caráter de credor internacional, era de interesse que o dólar, e não uma moeda de reserva controlada pela ICU, fosse responsável pela distribuição de investimentos internacionais. Como coloca Kindleberger (1973, *apud* FIORI, 1993) “para que a economia mundial seja estabilizada, deve haver um estabilizador e um só país estabilizador”.

Na ausência de uma entidade global que pudesse arcar com essa responsabilidade, os EUA, a partir dos acordos firmados em 1944, tomariam para si o papel de país estabilizador. O controle americano sobre a moeda de plena conversibilidade possibilitou instrumentalizar seus interesses no mundo. O acordo foi estabelecido e o dólar deveria manter sua paridade a US\$ 35 por onça de ouro.

Além do acordo que conseguia harmonizar o sistema monetário financeiro internacional, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), em 1947, e que

¹⁵ Eichengreen destaca os seguintes acordos principais de Bretton Woods: Taxas de câmbio administradas, ajustáveis somente em condições específicas, taxas de juros fixas e controle dos fluxos financeiros internacionais de curto prazo. A criação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) também foram instituições criadas a partir dos acordos para o equilíbrio e cooperação no sistema internacional.

posteriormente seria moldado para a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1994 com a rodada do Uruguai. A implementação do GATT no âmbito internacional foi na realidade uma alternativa a uma organização com maiores propriedades de atuação global, chamada Organização Internacional do Comércio (OIC), que também foi pauta da reunião de *Bretton Woods*, mas devido ao fato que uma instituição desse tipo entraria em conflito com os interesses americanos o projeto não seguiu. O GATT foi então planejado para atuar no lugar da OIC, e mesmo assim, temporariamente, enquanto os países não chegavam a um acordo sob a constituição e funcionamento de uma organização mais completa. O acordo geral tinha como objetivo facilitar as redes comerciais servindo como jurisdição na negociação para reduzir barreiras tarifárias (BARRAL, 2007, p. 17).

2.5 Os Anos Dourados do Capitalismo

O acordo de *Bretton Woods* foi um mecanismo fundamental para o crescimento exponencial das economias dos países capitalistas, através do qual a estabilidade do sistema financeiro internacional possibilitou que as políticas de desenvolvimento fossem possíveis. De fato, aqueles anos que sucederam a guerra foram de alta prosperidade nos países desenvolvidos, como Hobsbawm (1995, p. 253) elenca, o período foi talvez único na história.

O período posterior a Segunda Guerra mundial é caracterizado pela hegemonia americana, reconstrução das economias europeias e japonesa, sucesso do capitalismo e uma bipolaridade na balança de poder global, com a URSS e seu modelo comunista¹⁶. O poder dos EUA não ficou restrito apenas a sua influência econômica, que no pós-guerra possuía dois terços da produção industrial do mundo (*idem*, p. 254) e militar, mas o aspecto cultural, ou *soft power* americano, foi importante para propagar o estilo de vida capitalista, repleto de abundância material. A reconstrução dos países como Alemanha e Japão e seus triunfos no desenvolvimento seriam exemplos do que os investimentos americanos poderiam fazer numa nação capitalista.

A era de ouro do capitalismo, que compreende do fim da guerra a década de 1970, apresentou nos países “desenvolvidos” um crescimento industrial de larga escala, três quartos

¹⁶ A ordem de poder, como será abordado no próximo capítulo em detalhe, havia mudado definitivamente da Europa para as duas superpotências do pós-guerra. A característica imperialista do poder que desde o fim da primeira guerra entrava em declínio, vai a partir desse período ser caracterizada por uma etapa de descolonização de vários países da África, Ásia e América Central. No entanto a disputa ideológica da Guerra Fria vai ser aspecto importante das relações de poder nos países periféricos.

da produção industrial do mundo e 80% de suas exportações eram manufaturadas (OCDE *Impact, apud idem*, p. 255). A Alemanha e Japão vão ser os dois países de destaque na época, que rapidamente se reconstruíram, o resto da Europa só iriam de fato perceber a prosperidade meados da década de 1950 ao início da década seguinte. Para os EUA a era do ouro do capitalismo não foi exatamente o mesmo que essas economias, suas taxas de crescimento foram mais lentas que os outros (*idem*, p. 254), mas seu real interesse estava sobre o funcionamento estável do capitalismo

A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houve algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. [...] O que antes era um luxo tornou-se o padrão do conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone. Em 1971, havia mais de 270 milhões de telefones no mundo, quer dizer, esmagadoramente na América e na Europa Ocidental, e sua disseminação se acelerava. [...] Na década de 1930, mesmos nos ricos EUA, cerca de um terço dos gastos domésticos ainda se destinava a comida, mas no início da década de 1980 esse índice era de apenas 13%. O resto ficava disponível para outras despesas. A Era de Ouro democratizou o mercado (*idem*, p.257-264)

Nos países periféricos também houveram mudanças, as políticas governamentais para o progresso eram estabelecidas pelos países e estimuladas por instituições internacionais como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). O paradigma desenvolvimentista na América Latina é definido pelo investimento do Estado em setores de industriais, para substituir as importações, almejando expandir suas economias. O que difere o sucesso dos países do centro que se reconstruíam foi o montante de capital que os Estados periféricos conseguiam captar no exterior e a incapacidade de competir com nos mercados internacionais. Mesmo com os esforços de fomentar a pesquisa e tecnologia, de conferencias latino americanas aos incentivos estatais, os países não conseguiram potencializar grandes empresas com tecnologias próprias (CERVO, 2007, p. 78)¹⁷

O desenvolvimento durante a Era de Ouro, foi de tal maneira que inovações eram implementadas nas mais diversas áreas industriais e na produção de produtos sofisticados no mercado. A terceira revolução industrial foi de seminal importância para uma mudança na

¹⁷ “Em maio de 1972 realizou-se, em Brasília, a Conferência Interamericana Especializada sobre a Aplicação de Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina, que teve origem nas negociações do Consenso de Viña del Mar. Seu objetivo constituiu em identificar elementos e ações regionais e nacionais que possibilitassem a aceleração do desenvolvimento latino-americano por meio da efetiva produção, adaptação e utilização da ciência e tecnologia. [...] Foram as empresas estatais de grande porte [...] que se voltaram para a geração de tecnologias. Ao lado delas, universidades, institutos e fundações, também públicas, iriam promover a pesquisa pura ou a pesquisa aplicada a médio prazo, como a agrícola” (CERVO, 2007, p. 78)

sociedade e nas maneiras de consumo. Hobsbawm (1995, p. 260-261) coloca três aspectos em que o período transformou essas relações:

- i) *transformação da vida cotidiana*; a “revolução verde” que possibilitou a produção em larga escala de alimentos industrializados e os alimentos importados de países distantes, que podiam ter fácil distribuição por avião transformou radicalmente uma das mais básicas necessidades humanas. Inclusive os consumidores se tornaram mais exigentes e o apelo para venda dos produtos estava bastante centrada em “novidades revolucionárias”;
- ii) *o aumento em pesquisa e desenvolvimento (P&D)*; com um mercado cada vez mais sedento por novidades os países investiram precisamente em aspectos de desenvolvimento tecnológico e pesquisa necessários para novos produtos. O típico país desenvolvido possuía mil cientistas e engenheiros a cada milhão de habitantes, ao passo que as economias periféricas possuíam menos que a metade, o Brasil tinha cerca 250 (UNESCO, 1985, *apud idem*, p. 261);
- iii) *novas tecnologias de capital intensivo*; que, quando não precisavam de mão de obra qualificada de cientistas e técnicos, exigiam pouca mão de obra ou até mesmo operavam praticamente sozinhas.

Para que o crescimento econômico continuasse o modelo de *Bretton Woods* precisava funcionar devidamente, sendo assim, os EUA deveriam utilizar os superávits de sua balança de pagamento para financiar o desenvolvimento de seus aliados capitalistas. Com a economia dos países europeus restaurada, a escalada de suas indústrias nos mercados internacionais e a necessidade cada vez maior de capital para continuar o crescimento econômico a economia americana se encurralava, era necessário manter o desenvolvimento capitalista no mundo, mas também a viabilizar a sua. A entrada na Guerra do Vietnam e os altos gastos dos cofres para fins militares, juntamente com o desequilíbrio na sua balança de pagamentos e a responsabilidade fiduciária no mundo capitalista, desestabilizou ainda mais a economia dos EUA. Esses foram os sintomas iniciais para uma crise que estava por vir (BELLUZO, 1995).

2.6 Décadas de Crise

Já no final da década de 1950, o sistema acordado em *Bretton Woods* encontrava desafios, maior parte dos dólares superavitários eram destinados para o Japão e Alemanha, enquanto outros países sofriam com déficits. Os EUA então desvalorizavam sua moeda para tornar seu mercado atrativo novamente e equilibrar as contas internas. O que aconteceu foi que o dólar perdia seu valor, dessa maneira ocasionando num desequilíbrio da relação dólar-ouro, onde ficava cada vez mais difícil manter suas responsabilidades internacionais.

No início da década de 1970, crises subsequentes acometeram as economias. O fato é que existiam mais dólares que ouro, rompendo com a paridade 1/35. Robert Triffin havia dito que era difícil manter o crescimento constante a partir de uma moeda nacional com lastro metálico fixo. Ficava cada vez mais difícil confiar na conversibilidade do dólar, logo então os países começaram a trocar dólares por ouro no mercado privado. Vários países sentiam que esse quadro era ameaçador para seu montante de ouro que o dólar deveria garantir segundo *Bretton Woods* (BELLUZO, 1995).

Existiram diversas maneiras de contornar a situação, mas raramente eram eficazes. O FMI criou os Direitos Especiais de Saque, pretendendo manter a solidez das reservas internacionais dos países, mas foi em vão pois em 1971, Richard Nixon, presidente americano na época, declarou a inconversibilidade do dólar e em dois anos o rompimento com a taxa de câmbio fixa para o dólar flexível. Os EUA iniciaram a emissão de sua moeda sem lastro metálico, caracterizando o *fiat money*. O que possibilitou que os EUA desde então possuíssem autonomia sobre sua moeda, e conseqüentemente sua economia. Em 1979, o que ficou conhecido como a diplomacia do dólar forte, deslocou boa parte dos dólares ao redor do mundo para o tesouro americano, e boa parte desse capital estava alocado nos países em desenvolvimento, para os EUA, quando este aumenta a taxa de juros. Durante a década de 1980 as economias periféricas na África, Ásia ocidental e América Latina o crescimento do PIB per capita cessou e outros sofreram com duras dívidas como Brasil e México, que declarou moratória em 1982 (HOBBSAWM, 1995, p. 395).

A política econômica americana evidenciou não só o dólar como moeda de plena conversibilidade sem lastro metálico no mundo, mas a confiança que os países depositavam no tesouro americano e a reafirmação do poder hegemônico que os EUA exercem no mundo. Por mais que nos anos próximos ao fim de *Bretton Woods* a desconfiança de países europeus com a promessa americana do acordo, a diplomacia do dólar forte foi bem-sucedida, pelo menos

sobre o interesse norte-americano. A partir das mudanças que vinham ocorrendo na economia internacional, desequilíbrios financeiros, flutuação de câmbio e a crise nos preços do petróleo contribuíram para agravar o quadro de instabilidade entre 1974-75, 1980-82 e no final da década de 1980 (HOBSBAWM, 1995, p. 396)

2.7 Ascensão Neoliberal

Para dar continuação ao projeto neoliberal, os EUA e o Reino Unido iniciaram uma onda de privatizações para cobrir os déficits e pelas políticas de desregulamentação e deflação na década de 1980. Nixon havia tomado as primeiras medidas, mas dois personagens são bastante emblemáticos para a nova ordem, Ronald Reagan e Margareth Thatcher, que influenciados pelas ideias de Friedrich Hayek (1899-1992), propuseram ao mundo medidas que mudariam as estruturas não só econômicas, mas a forma como a política e os Estados exercem seu poder. (FIORI, p. 115)

O Consenso de Washington (1989), é um exemplo da política no qual os EUA estabeleceram na economia global, nele os parâmetros para os países da América latina para o “desenvolvimento” estavam alçados nos preceitos neoliberais que se manifestavam na abertura de mercados internos, afastamento do Estado na economia e deixando sobre a decisão de investidores internacionais o fluxo de capitais no mundo. O que caracteriza a economia global contemporânea é a financeirização do capital e a submissão dos Estados, especialmente os em desenvolvimento, para captação desses recursos sobre bases sem solidez suficiente para o desenvolvimento apropriado ao longo prazo.

O resultado das práticas neoliberais, num contexto de globalização e financeirização foi numa crise econômica que demonstrou os altos riscos que o método econômico adotado poderia proporcionar. Quando o banco Lehman Brothers decretou falência em 2008, foi desestabilizado grande parte do sistema capitalista internacional.

2.8 Blocos Econômicos

Desde o fim da Guerra Fria o mundo contemporâneo toma forma em segmentos mais diversos. A maior parte da América latina já havia sido redemocratizada, o fim da União soviética constatou a insurgência de novos Estados na Europa Oriental e Ásia e o mundo via a chegada da popularização da internet. A década de 1990 simboliza a chegada de um novo tempo

com um acelerado passo de globalização no sistema internacional. O regionalismo se tornou aspecto evidente com os blocos econômicos, que se tornaram um mecanismo cada vez mais comum e praticado com mais profundidade que nas interações entre Estados anteriormente.

As nações europeias vinham desde da Comunidade Europeia do Carvão e Aço (CECA) com a participação da Bélgica, Holanda e Luxemburgo, constituído em relações de cooperação. A adesão posterior da Itália, Alemanha e França, e a o aumento da complexidade de responsabilidade do Tratado de Roma vão ser aspectos inéditos na história do continente europeu. A versão final dessa cooperação europeia chega em 2001 com a constituição de um mercado comum com livre transição de pessoas, serviços e capital, em compasso com uma única moeda, o euro.

Esse fenômeno foi essencial para que o continente se reafirmasse como autônomo e mais independente da atuação americana (HOBBSAWM, 1995, p. 237). Outros modelos de integração são percebidos no mundo inteiro, a exemplo do NAFTA (1994) e MERCOSUL (1994), cada um deles com suas devidas responsabilidades, limitações e objetivos. Embora essa seja uma característica comum no século XXI as circunstâncias de sua implementação é a diminuição da soberania em prol do bem comum dos países da região, pelo menos em tese.

O NAFTA abriu portas para os interesses americanos de *offshoring* de empresas maquiladoras no México, no intuito de maximizar a rentabilidade dos negócios. O real interesse da implementação do neoliberalismo no México era aproveitar ao máximo da disponibilidade de mão de obra barata e a invasão de empresas estrangeiras na economia. As maquiladoras, empresas localizadas nas proximidades da fronteira com os EUA, surgiram durante a década de 1960, e com o surgimento do Nafta aconteceu uma expansão desse tipo de empresas, que visavam explorar o baixo preço de produção oferecido no México. Atualmente existem no México cerca de 4 mil empresas maquiladoras, produzindo uma grande variedade de produtos, que depois de sua produção é encaminhada para os EUA sem taxas tarifárias, a maior parte do capital, da matéria-prima e até do gerenciamento é norte-americana. O impacto do NAFTA no México mostra como os processos de cooperação e integração regional também podem ser realizados de forma desigual entre os países, principalmente aqueles com tantas diferenças sociais e econômicas. A realidade do Nafta assusta os países da América Latina quando o assunto é a ALCA, o México é um exemplo da “integração econômica” norte-americana com os países em desenvolvimento.

2.9 Descentralização do Poder Econômico Mundial

No entanto, é também perceptível o crescimento econômico dos países em desenvolvimento, que se tornaram um componente de maior relevância nas relações internacionais. A China é hoje o segundo maior doador de ajuda bilateral, providenciando “desenvolvimento assistencial” para mais de 100 países do sul global, incluindo aqueles que estão fora dos limites de alcance dos doadores do Ocidente (CHIN E QUADIR, *apud* BUZAN & LAWSON, p. 208). Em termos de poder global a China¹⁸ é um ator vem surpreendendo desde o início da década, desde as reformas de Deng Xiaoping, em 1978, até 2008, a taxa média do crescimento de 9,5% ao ano, três vezes a média dos EUA (LYRIO, p. 36). Em 2011, o país já estava no posto da segunda maior economia do mundo e o maior exortador de manufaturas. Embora as taxas de desigualdade ainda sejam altas a China reduziu drasticamente a pobreza (OCDE, 2017)¹⁹.

Também é importante ressaltar na relevância que as cooperações entre Estados em desenvolvimento tenham aumento seu alcance nos últimos anos. A Conferência de Bandung em 1955 na Indonésia é tida como um marco da modalidade de cooperação sul-sul, mas é na década de 1980 essa atuação aumenta sua extensão (CÔRREA, 2010, p. 86-91). Segundo Côrrea a cooperação sul-sul possui princípios que visam caracterizar o relacionamento dos países em desenvolvimento, as quais ele aponta:

- i) Respeito à soberania dos países em desenvolvimento; ii) Não ingerência nos assuntos internos dos países parceiros; iii) Vantagens comparativas frente à cooperação dos países desenvolvidos, como por exemplo, custos operacionais menores e a disponibilização de tecnologias, experiências e boas práticas desenvolvidas em condições específicas de países em desenvolvimento, facilitando sua adaptação, disseminação e assimilação junto a outras nações com características semelhantes (CÔRREA, p. 91).

A cooperação deve ter como objetivo central o desenvolvimento dos países, a solidariedade e desvinculada de interesses. Mas as relações de poder sempre é um aspecto norteador das relações entre Estados, mesmo a visão idealista da cooperação sul-sul também está passível da característica de interesses políticos dos Estados. Para avaliar a “horizontalidade” da cooperação deve ser levado em conta que os países envolvidos tenham

¹⁸ O papel da china nas relações internacionais contemporâneas será acompanhado com mais detalhes no 4º capítulo.

¹⁹ OCDE China Review, March 2017. Disponível em: <<http://www.oecd.org/eco/surveys/china-2017-OECD-economic-survey-overview.pdf>> Acessado em 11 de jun 2017

aspecto similares de progresso econômico, desenvolvimento de suas instituições e a capacidade de definir políticas públicas. O que deve ser notado, é que a cooperação deve estar aberta a plena discussão dos acordos, procurando sempre desenvolver uma mútua compreensão das demandas, o que também deve ser considerado em cooperações norte-sul (*idem*, p. 93-100).

Esse exemplo pode ser notado na formulação dos BRICS em 2001, quando o Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente, a África do Sul, decidiram observar mais atentamente aos países em desenvolvimento e se relacionar de maneira mais próxima para progredir no cenário internacional. Mesmo com as recentes dificuldades do Brasil e Rússia, os países do grupo cresceram de maneira relevante no cenário internacional (PIMENTEL, 2013, p. 23). Embora possam existir um certo ceticismo no futuro ou no grau que o grupo vai adotar nos próximos anos, sua presença, em conjunto com outros grupos que abarcam países em desenvolvimento, como o G20 e UNASUL, é uma forte indicação de que o mundo toma uma forma de multipolaridade (FONSECA JR., p. 34).

Além da descentralização do poder econômico e poder hegemônico da influência dos EUA, o protagonismo ascendente das empresas multinacionais marca uma forte presença e manipulação de capital no sistema internacional. Os grandes grupos, conglomerados e bancos são agentes que decidem políticas de caráter internacional em larga escala²⁰.

2.10 Produtividade, Crescimento Econômico e Inovação no Século XXI

As perspectivas a respeito do que esperar do futuro da economia global é necessário observar a presença das empresas de tecnologia de inovação. Entre as 10 maiores empresas mais valiosas do mundo, 6 são de iniciativas de tecnologia e sistemas de informação, onde Apple, Google, Microsoft e Facebook ocupam, respectivamente, as 4 primeiras colocações do ranking²¹. A capacidade de gerar valor e inovação a partir da tecnologia de *hardware*, partes físicas da funcionalidade computacional, em paralelo com o desenvolvimento de *software*, onde se encaixam os serviços digitais, demonstra a dinamicidade da inovação tecnológica.

As empresas que surgiam com a maior disseminação da comunicação como os computadores, transmissão por satélites, robótica e nanotecnologia na década de 1960 e 70, trouxeram ao mundo na década de 1990, uma nova era da informação. Esta permitiu que novas

²⁰ No Capítulo 2 e Capítulo 4, o ponto será melhor abordado, relacionando-o com características do sistema pós-westfaliano.

²¹ Informação disponível em: <<https://www.forbes.com/powerful-brands/list/#tab:rank>> Acesso em 14 de jan. 2018.

tecnologias se tornassem possíveis como a internet, viabilizando uma globalização de mercados financeiros, popularização dos computadores e a digitalização do mercado.

No século XXI, parques tecnológicos ao redor do mundo se tornaram pontos focais de inovação em tecnologia, a exemplo do Vale do Silício na Califórnia (EUA), Tel Aviv (Israel) e Porto Digital em Recife (Brasil), onde cada uma se destaca pela cultura empreendedora, que é desenvolvida muitas vezes através da colaboração e aplicação de metodologias internacionais de gerenciamento equipes, maturação de ideias e validação de produto, com base referencial em dados inteligentes (MAGACHO, 2010).

Porém os impactos futuros dessa inovação tecnológica é motivo de debate. Dentro da discussão no meio acadêmico a respeito desse tema existem duas abordagens quanto a última revolução inovadora da tecnologia, os otimistas e os céticos. Observando esse debate pode demonstrar uma outra face das interações econômicas no sistema internacional.

Os otimistas estão representados pelos engenheiros do MIT que escreveram o livro *The Second Industrial Age*, Brynjolfsson e McAfee (2014). Os autores apresentam uma perspectiva de que a inovação da internet, automação e inteligência artificial proporcionou uma grande margem de produtividade, mas que não é contabilizada por meios tradicionais e que através de uma pesquisa contabilizou que as produções digitais de custo zero, como a Wikipedia, são de um valor de 300 bilhões de dólares que deveriam ser acrescentados ao PIB americano. Outra forma mais visível dessa transformação pode ser vista no exemplo das novas empresas que substituíram algumas mais antigas. A exemplo da empresa de *streaming* de vídeo, Netflix, que faturou em 2016 US\$ 8,8 bilhões²², empregando 3,1 mil pessoas²³, e comparando com a rentista de artigos audiovisuais Blockbuster²⁴, que em 2004 possuía 60 mil funcionários com o faturamento de US\$ 6 bilhões. Três componentes são essenciais para a revolução dos dias atuais: *i) avanços exponenciais contínuos na computação ii) digitalização generalizada iii) natureza combinatória da inovação*. Essas dinâmicas são essenciais para a inovação da nova era industrial, a qual Schawb (2016) identifica como a quarta revolução industrial.

Outro ponto abordado como chave da inovação tecnológica contemporânea é demonstrado pelo estudo realizado por Carl Frey e Michael Osborne (2013)²⁵, aponta que

²² Disponível em: <<http://www.marketwatch.com/investing/stock/nflx/financials>> Acessado em 11 de jun. 2017.

²³ Disponível em: <<https://www.macroaxis.com/invest/ratio/NFLX--Number-of-Employees>> Acessado em 11 de jun. 2017.

²⁴ Disponível em: <<http://www.ibtimes.com/sad-end-blockbuster-video-onetime-5-billion-company-being-liquidated-competition-1496962>> Acessado em 11 de jun. 2017.

²⁵ FREY, Carl; OSBORNE, Michael. *The Future Of Employment: How Susceptible Are Jobs To Computerisation?*. Oxford Martin, 2013. Disponível em: <

47% dos empregos do EUA estão classificados na categoria de alto risco de serem automatizadas em aproximadamente duas décadas. É fato que o rearranjo de disponibilidade de trabalho sempre foi um tema recorrente desde a Revolução Industrial. Enquanto o trabalho era encontrado cada vez mais nos centros urbanos, o trabalho no campo diminua. Em 1820 37% da população do Reino Unido trabalhava na agricultura, quanto que em 1890 o número diminuiu para 18% (MADDISON, 2007, *apud* BUZAN & LAWSON, 149). No entanto novos trabalhos surgiam nos centros urbanos, fato que causou um êxodo rural.

A razão para que essas inovações contemporâneas não estão sendo demonstradas com alta produtividade a pleno vapor, como nas décadas passadas, é devido que elas necessitam de alguns ajustes, como entrar numa economia intensa de produção digital utilizando da natureza combinatória da inovação, cobrar por serviços que hoje são gratuitos e expandir esse mercado.

As implicações por não compreender a esta nova característica na economia têm consequências na empregabilidade e mão de obra qualificada. O trabalhador com poucas habilidades é realocado para setores que pagam cada vez menos, acarretando num aumento da desigualdade e baixos salários. Para aumentar a produtividade deve então existir maior capacidade cognitiva dos trabalhadores, conseguem interagir com essas novas dinâmicas.

A segunda análise parte dos economistas pessimistas como Robert Gordon (2012)²⁶, que possuem um posicionamento que expõe justamente o contrário, explicando que nem a terceira e a quarta revolução industrial impactaram a produtividade do trabalho de uma maneira revolucionária como antes. As inovações por mais que tenham oferecido novos serviços e acessibilidade, não se comparam com as inovações da revolução trazida pela eletricidade. Gordon então argumenta que é possível que nos próximos anos existirá uma tendência cada vez maior para a estagnação por motivos de que a inovação não impacta a economia de maneira que supere a revolução anterior, mantendo os níveis de crescimento estagnados.

Wolf (2015) relata que mesmo levando em conta uma hipotética consideração do valor dos produtos que hoje são oferecidos de graça na internet, como explicam Brynjolfsson e McAfee, e as novas empresas que surgiram com a internet no mercado digital, não revolucionaram o mercado de trabalho. Gordon (*apud* WOLF, 2015, p. 15) destaca que a produtividade por trabalhador nos EUA era de 2,3% ao ano entre 1891 a 1972, desse ponto em

http://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/The_Future_of_Employment.pdf > Acessado em 11 de jun. 2017.

²⁶GORDON, Robert. IS U.S. ECONOMIC GROWTH OVER? FALTERING INNOVATION CONFRONTS THE SIX HEADWINDS. NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH, 2012. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w18315.pdf>> Acessado em 11 de jun. 2017.

diante só entre 1996 e 2004, devido ao pequeno *boom* da internet, o ritmo manteve o mesmo da taxa anterior. Entre 1972 e 1996 a taxa foi de 1,4% e entre 2004 a 2012 foi de 1,3%.

Se de fato estivesse ocorrendo um aumento na produtividade deveria ser visto um menor preço em produtos, maior demanda e conseqüentemente mais empregos, continuando o crescimento econômico. O tom pessimista de Gordon é que inovações revolucionárias ao passo das anteriores se tornarão cada vez mais difíceis, ou até improváveis. A automação, inteligência artificial podem ainda estar bem distantes de “revolucionar” os meios de produção diminuindo o preço das mercadorias. Indica até mesmo que talvez o momento de crescimento exponencial da economia mundial tenha sido apenas um breve momento da história humana.

Por outro lado, Hicks e Devaraj (2015)²⁷ demonstram que de fato a produtividade das indústrias de manufatura nos EUA vem crescendo no pós-2008, mas que as indústrias vêm empregando menos pessoas devido a automação e a tecnologia da informação. “Se mantivéssemos níveis de produtividade de 2000 e os aplicássemos a níveis de 2010 de produção, teríamos exigido 20,9 milhões de trabalhadores industriais. Em vez disso, empregamos apenas 12,1 milhões” (HICKS e DEVARAJ, p. 4, tradução livre).

Ryan Avent (2016)²⁸ explica que esse processo vem ocorrendo nos empregos onde aplicar a tecnologia se torna mais rentável, os trabalhadores com poucas habilidades que são substituídos acabam escoando para trabalhos onde a oferta de mão de obra é alta, a tornando barata e os salários ainda mais baixos. Quando os salários ficam mais baixos se torna mais rentável que trabalhos de baixa produtividade expandam. Dessa maneira a desigualdade aumenta, a produtividade por trabalhador é baixa e as taxas de empregabilidade estáveis. A inovação da terceira revolução industrial não conseguiu aumentar a produtividade nacional, porque boa parte das horas trabalhadas por empregados americanos estão sendo pouco remunerados, o que só torna a discrepância entre classes ainda maior.

As prospecções para como essas relações se darão no futuro é incerta e existem vários argumentos sobre o desfecho desse cenário. Wolf (2015, p. 21) destaca que novas tecnologias sempre trouxeram aspectos positivos e negativos, o que torna necessário a administração apropriada para manejar os seus efeitos. É extremamente difícil saber quais serão as habilidades necessárias para o mercado de trabalho três décadas a frente, ao passo que, se a previsão de McAfee e Osborne estiverem corretas, a automação e inteligência artificial tomarão boa parcela

²⁷HICKS, Michael; Devaraj, Srikant. The Myth and the Reality of Manufacturing in America. Ball State University, 2015. Disponível em: < <http://conexus.cberdata.org/files/MfgReality.pdf>> Acessado em 11 de jun. 2017

²⁸ AVENT, Ryan. The productivity paradox, 2016. Disponível em: < https://medium.com/@ryanavent_93844/the-productivity-paradox-aaf05e5e4aad> Acessado em 11 de jun. 2017

do setor produtivo. Segundo o autor essas dinâmicas devem ser analisadas e se considerar que mudanças sejam necessárias num futuro próximo, como a adoção de uma renda básica universal, a partir de maiores taxações sobre a indústria e o trabalho das máquinas. Mas afirma que essas prospecções são baseadas num futuro impreciso e que também é provável que um quadro menos otimista se instale (WOLF, 2015).

Apesar do otimismo para o futuro, nas capacidades das novas iniciativas econômicas de inovação digital, impacto social e economia criativa, o modelo moderno das instituições nacionais e internacionais possui uma ineficiência de prover uma verdadeira democracia no acesso a essas novas oportunidades, implicando num desenvolvimento lento que é incapaz de crescer de maneira contínua e transformadora.

3. Capítulo 2 - As Instituições de Poder no Sistema Internacional

A reconstituição do poder associado com o surgimento da modernidade foi sustentada por processos de formação racional de Estados, no qual capacidades estavam ambas relacionadas dentro do estado-nação e estendido para espaços territoriais externos. A formação da nação ia de mãos dadas com o imperialismo. O resultado foi um sistema internacional bifurcado no qual a ordem baseada em regras estava reservada para pessoas civilizadas, e a anexação territorial era prestada a 'bárbaros' e 'selvagens'. Essa estrutura centro-periferia tomou uma forma global, que se sustentou por um grande e durável distanciamento de poder entre aqueles mais habilitados pela configuração da modernidade global e aqueles que sofreram desvantagens por ele. (BUZAN & LAWSON, 2015, p. 3)

O Estado-racional, que se consolida como modelo estável de instituição administrativa social para os governos e nações no século XIX, conseguiu alinhar novos eixos para constituição de uma sociedade moderna, rompendo os laços de um mundo hierarquizado pela religião e a dinastia. Uma sociedade civil moderna tomava forma, mas ela também possuía suas ambições num mundo que se transformava. Os impérios surgiam a medida que o novo modelo de poder criava suas extensões por todo o mundo, buscando mercados e expandindo a “modernização” para as populações periféricas do mundo.

O capítulo abordará as características do Estado na sua trajetória constitutiva e a capacidade de poder institucional sobre um sistema internacional que se formava. Em um primeiro momento será analisado a consolidação do Estado moderno no longo século XIX, a ascensão do modelo imperialista na obtenção de poder hegemônico sobre o sistema internacional e explorar a distribuição de poder durante o período que se estende do século XIX à 1945, que marca o fim da Segunda Guerra Mundial e o esfacelamento do poder hegemônico internacional centralizado na Europa.

Em seguida, será abordado a configuração do mundo pós-guerra sobre os aspectos da relação Estado e soberania em consequência das dinâmicas políticas com as organizações supranacionais e as consequências da distribuição de poder no sistema internacional sobre a bipolarização da Guerra Fria.

A descentralização do poder, tanto na sua distribuição de institucionalidade como de seu exercício simbólico, é uma análise que será realizada com a devida importância no quarto capítulo, por dimensionar as características dos efeitos interligados da nova etapa do capitalismo, ao sistema pós-westfaliano e a “crise de identidade”.

Naquele século [XIX] os europeus criaram o primeiro sistema internacional a cobrir a totalidade do globo terrestre e estabeleceram em todos os lugares uma versão universalizada das regras e das instituições e os pressupostos básicos da sociedade europeia de Estados. Nossa atual sociedade internacional é descendente direta daquele sistema europeu universalizado. (WATSON, 2004, p. 301)

3.1 O Surgimento do Estado Soberano

As dinâmicas do Renascimento influenciaram na alteração das relações de poder na Europa ao passo das ideias humanistas que surgiam e a partir do modelo de Estado das cidades-estados italianas, que concentravam riquezas e mercados nos séculos XV e XVI. Em um primeiro ponto a Igreja católica acabava por perder parte de sua influência de poder na cristandade europeia com a reforma protestante. Existe na reforma um movimento paradoxal, pois era uma reação ao movimento humanista que influenciava o catolicismo no período renascentista, mas questionava o poder exercido pela igreja católica (OSBORNE, p. 244).

Não existia a intenção de progresso humano, numa visão antropocêntrica, por parte dos reformistas, o interesse era resgatar os valores tradicionais cristãos, mas mesmo assim o movimento de cisão religiosa desencadeou numa influência para fortalecer a política dos governantes, como por exemplo a fundação da Igreja Anglicana (1534) que serviu um propósito de rompimento com a Igreja católica e o subsequente aumento de poder pelo rei Henrique VIII, seguindo o movimento de centralização do poder nas mãos de um governante independente da Igreja católica.

O novo Estado incorpóreo, provido de integridade territorial e poder de arrecadar impostos, nasceu na Itália, mas suas lições cedo se espalharam para outras partes. Durante maior parte do século XV a coroa inglesa foi disputada por distintas famílias aristocráticas e, ainda antes, reivindicara imensas possessões na França. A dinastia Tudor, do século XVI, realizou um governo eficaz e, à parte uma curta aventura na França, se concentrou em colocar a Inglaterra sob seu controle e dominar as Ilhas Britânicas. Henrique VIII e seu pai lograram criar um ciclo virtuoso em que maior eficácia na coleta de impostos lhes proporcionava mais recursos, os quais, por sua vez, os habilitavam a pressionar os súditos por aumentos de receita (*idem*, p. 258).

A reforma abriu margem para que o poder da Igreja diminuísse, mesmo com as tentativas de contrarreforma. O Sacro Império Romano, o qual a dinastia Habsburgo governava, compreendia boa parte da Europa Central e Oriental, mas as mudanças na configuração de poder na Europa em face do Estado no estilo italiano de cidades-estados e a reforma protestante ia de encontro com os interesses hegemônicos dos Habsburgo, que por sua vez eram católicos.

Os territórios onde atualmente se localiza o norte da Alemanha, procuravam estabelecer principados independentes para que pudessem exercer sua religião livremente, ocasionando numa série de conflitos entre as ideologias religiosas durante metade do século XVI e na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) no século XVII.

A solução dos Habsburgo era essencialmente conservadora. Em muitos aspectos, a família olhava para trás, em busca do passado medieval: queria restaurar a unidade da cristandade e defende-la contra o Islã, externamente, e internamente contra a heresia.

Defendiam a legitimidade dinástica, à qual deviam sua própria posição; mas a supressão da heresia envolvia a interferência junto a essa legitimidade e a intervenção nos assuntos internos nos outros Estados, assim como nos seus próprios. [...] Mas a sua tentativa de estabelecer uma hegemonia ou um sistema suserano legítimo e aceito na Europa não teve sucesso. A fraqueza principal que os Habsburgo tinham da Europa era que sua aceitação da diversidade não se estendia de forma genuína ao protestantismo (WATSON, 2004, p. 253).

O fim da Guerra dos Trinta Anos foi estabelecido com a Paz de Westphalia (1648), e o acordo entre os reinados é um marco para as relações de poder entre as comunidades europeias no reconhecimento de Estados autônomos. A compreensão do Estado como possuidor de soberania e único responsável pela administração interna de seu território ficava legitimada com o acordo entre os governantes. O que fica destacado também é a hierarquia de Estados constituídos, pois reconheciam as independências mútuas com as devidas proporções de poder. A centralização do poder nas mãos do Estado indicava na legítima redução dos poderes universalizantes do Imperador Habsburgo e do Papa, que deviam respeitar o acordo, estabelecendo uma jurisdição que demarca a ordem de poder. A Paz de Westphalia tinha um objetivo de legitimar um caráter anti-hegemônico na Europa (WATSON, 2004, p. 263-264)²⁹.

Dessa forma, a legitimidade do poder estatal na Europa se consolidou sobre diversos eventos e obras de intelectuais políticos modernos (que serão abordados no capítulo 3). O Estado moderno está relacionado com o sistema Westfaliano e o modelo de governo absolutista, que os grandes reinados europeus adotaram entre o século XVI e XVIII. Esse modelo de Estado foi estabelecido para manter sobre um governante o monopólio de poder, com capacidade de administração burocrática e unificar um território dividido entre nobrezas e uma classe burguesa que se consolidava. Como explica Weber (1982, p.98), “O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o ‘território’, faz parte de suas características – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima”.

Segundo a teoria de Weber (1982) quanto ao Estado Moderno, quatro características são elementares na sua composição: a) *administração pública e uma ordem jurídica*; b) *um exército permanente a serviço do Estado*; c) *monopólio do uso da força*; iv) *legitimação do poder no território de acordo com a ordem jurídica*. O Estado burocrático, como indica Weber, implica em uma separação da entidade privada do sujeito enquanto representante do Estado na esfera

²⁹ No entanto, mesmo com o acordo de Westphalia, Watson (2004, p. 276) fala que “a hegemonia continuou a ser um traço integrante e constitutivo da prática do sistema europeu de Estados”. Logo após o momento da guerra dos trinta anos, a França se estabelece como poder hegemônico e durante os próximos séculos outros países entrariam no jogo hegemônico. Mas o legado estava principalmente sobre a definição de Estado como unidade política soberana.

pública. A burocracia estabelecida acabou se tornando elemento mais importante para funcionamento do Estado (OSBORNE, p. 257).

3.2 Estado Moderno no Século XIX

As revoluções burguesas no longo século XIX, especialmente a francesa (1789), marcam o que nas décadas seguintes seriam modelo para a revolução, elas ocasionaram principalmente na transformação da sociedade vista como súditos, para cidadãos do Estado, alocando o poder do governante para o povo (BUZAN & LAWSON, p. 116). Além de possuírem as características anteriores do sistema Westfaliano, soberano sobre a administração burocrática do território e possuidor do monopólio da força, o Estado possuía o caráter civil essencial para uma formação de identidade nacional³⁰.

Governar deveria ser para o povo, ou que pelo menos esses escolhessem o governante e a nacionalidade deveria ser o aspecto central da identidade social. Democracia e o nacionalismo eram ideias que andavam em compasso, elas questionavam o poder dos Estados e dos nobres soberanos (WATSON, p.342-343).

Embora houvesse tentativas de resistência da aristocracia dinástica europeia³¹ as ideologias revolucionárias se espalhavam rapidamente, influenciando na América motivações ideacionais para independência e no decorrer da segunda metade século XIX, sobretudo em 1848 e após 1870, a busca pela constituição de um governo civil na Europa.

Na segunda metade do século XIX as antigas dinastias recuavam do poder, e naquelas que ainda permaneceram, no caso do Império Austro-Húngaro, cediam parte dele, consolidando um novo arranjo de política de governo nacionalista.

O Estado não só fazia a nação, mas precisava fazer a nação. Os governos, agora, alcançariam diretamente o cidadão no território da sua vida cotidiana, por meio de agentes modestos mas onipresentes, desde carteiros e policiais até professores e, em muitos países, empregados nas estradas de ferro [...] As autoridades – numa época sempre mais democrática, não podendo confiar mais na submissão espontânea das ordens sociais aos que lhe eram socialmente superiores, à maneira tradicional, ou na

³⁰ Este ponto é de extrema importância na constituição do Estado moderno e no capítulo três será explorado mais detalhadamente seus efeitos.

³¹ É importante frisar que numa mudança no exercício do poder dentro de um determinado território político, como um Estado, é viabilizado através de lutas e conflitos com a força de poder dominante, como foi constatado na Revolução Gloriosa (1689) e na Revolução Francesa (1789), onde a burguesia alterou a organização social. Mas quando as ideias da revolução podiam ameaçar os Estados europeus que ainda funcionavam sobre controle da nobreza, uma nova luta tomou forma, a resistência se estabeleceu no que ficou conhecido como o Congresso de Viena (1815). Watson (2004, p. 333-350) ressalta o evento como conjunto de alianças dos países hegemônicos na Europa para manter a ordem na região evitando que movimentos revolucionários contra hegemônicos da nobreza europeia, desencadeasse na instabilidade da balança de poder, como foi demonstrado através das Guerras Napoleônicas (1803-1815).

religião tradicional, como garantia eficaz de obediência social – necessitavam de um modo de ligar os súditos do Estado contra a subversão e a descendência. “A nação” era a nova religião cívica dos Estados (HOBBSAWM, 2015b, p. 233).

As ondas revolucionárias que atravessava o velho mundo têm como os marcos políticos do século a criação dos Estados da Itália e Alemanha, adotando sua lógica de desenvolvimento industrial e construindo racionalmente suas unidades políticas através da unificação de seus territórios, nos anos de 1870 e 1871 respectivamente. A expansão cada vez maior do nacionalismo e o modelo de Estado moderno ocorreram de maneira variada ao redor do mundo.

Alguns países tiveram dificuldades de implementar com a mesma eficiência das potências europeias, a quem Buzan e Lawson (p. 28-31) destacam possíveis razões para seu sucesso na consolidação do poder, expondo as visões marxistas e liberais desse processo, como o papel das instituições impessoais que garantiam o livre comércio e mercados competitivos; a proteção legal oferecida por Estados liberais para as finanças e a indústria e a capacidade das constituições liberais em restringir os níveis de conflito doméstico. Na visão marxista essas expansões do poder nos Estados europeus provem da exploração da mão de obra proletária em função da mais-valia.

A característica geopolítica de Estados compartilhando uma estrutura de poder competitiva no continente é um aspecto importante, pois o histórico de guerras na Europa propiciou na preparação dessas nações a permanecerem sempre desperta para conflitos. Outros pontos que devem ser levados em consideração são os aspectos culturais e religiosos, colocados por Weber que demonstra em seu livro, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1905), que um dos possíveis fatores para as economias europeias terem prosperado tanto no sistema capitalista foi em razão de um aspecto cultural religioso onde o homem é dignificado pelo seu trabalho.

O ponto central da constituição do poder dos países hegemônicos é caracterizado devido ao exercício da força imperialista dos Estados europeus e seu longo caminho de desenvolvimento à custa de outros países do mundo. Nos trinta anos finais do século XIX a expansão imperialista se dava para fora da Europa, longe das pressões do centro (WATSON, p. 348). Enquanto o Império Britânico mencionava a necessidade do modelo liberal nas economias do mundo, as importações de produtos provindos da Índia possuíam tributação do triplo de taxas em 1790. Os produtos manufaturados da Inglaterra chegavam sobre um alto valor agregado nos países de destino e as periferias do sistema internacional eram coagidas a manter suas *commodities* a um baixo preço. (BUZAN & LAWSON, p. 34-38)

Com o acúmulo de capital proporcionado pela industrialização, foi possível que as capacidades militares e políticas acompanhassem esse ritmo, acarretando no surgimento de forças hegemônicas como o Império Britânico durante o longo século XIX. Seu império era conhecido pelo fato do sol nunca se por sobre seu território, que percorria das ilhas da Grã-Bretanha e Irlanda ao continente Africano, Asiático e a Oceania. Essa capacidade só se tornou possível devido as características materiais inovadoras de transporte e comunicação, sobre um modelo capitalista de poder que inclusive viabilizou que os britânicos possuíssem, além de todos esses territórios, o exercício de poder através de sua capacidade de monitorar as transações financeiras da maior parte do mundo, como analisado no capítulo anterior.

A modernidade global, que surgiu desde então, possibilitou que os Estados fossem capazes de progredir domesticamente, pela conexão entre industrialização e a capacidade do Estado, mudanças na infraestrutura e pesquisa científica, e internacionalmente, usando intervenções coercivas no comércio, na produção e regimes financeiros e também pela aquisição de novos territórios (*idem*, p. 37).

A ideia principal abordada por Buzan e Lawson (2015) é que se estabeleceu uma estrutura de poder separada em centro e periferia, com uma diferença de capacidades de grande magnitude, brevemente cada vez mais Estados estavam interessados em ampliar seu poder sobre os territórios do mundo. Essas dinâmicas se aceleraram no final do século XIX para o início do século XX, acarretando num acirramento de poder para obtenção dessas capacidades. Quando a Primeira Guerra Mundial eclodiu, 80% da superfície terrestre sem incluir a Antártica, estavam sobre controle de Impérios europeus ou colonos de origem Europeia (BLANNING, 2000, *apud, idem*, p. 37).

O modelo de poder tinha como foco central a Europa, mas só foi capaz de surgir das interações dessas potências com o resto do sistema internacional. Apoiados sobre a transformação global, países iniciaram processos de independência como Brasil (1822), México (1810), Chile (1818), Haiti (1804) e Argentina (1816), que rompiam os laços administrativos com as antigas metrópoles na tentativa de uma constituição de Estados-nacionais no mesmo modelo. No entanto, os impérios da Europa e suas capacidades industriais e militares, aumentaram a diferença na proporção mundial de repartição de recursos.

A América latina, Ásia e África ficariam por décadas marginalizadas em função do novo modelo de poder. As relações desiguais entre povos sempre ocorreram ao longo da história, mas nunca como as características que surgem a partir desse período e com sua intensidade (ROSENBERG, *apud, idem*, p. 9). No final do século, 4 países (Reino Unido, França, Alemanha

e EUA) possuíam três quartos das produções industriais do planeta (SASSEN, 2006, *apud, idem*, p. 42). Os Estados-nação e o modelo capitalista impulsionaram uma corrida pelo desenvolvimento, fracionando o mundo em mercados disponíveis, e no próximo século essa disputa proporcionará um cenário de intenso conflito em virtude da busca pelo poder.

O Império Alemão é um dos atores que se apresenta no exercício de forte influência no continente europeu, principalmente com sua vitória na conquista da região francesa da Alsácia Lorena em 1871, e na implementação de um parque fabril de destaque na Europa. Na segunda revolução industrial a Alemanha se destaca pela implementação de fábricas de produção química inovadoras, de alvejantes, corantes e fertilizantes a produtos médicos e explosivos (HOBSBAWM, 2015b, p. 386).

Fora da centralização da Europa, dois atores merecem destaques no período, o Japão e os EUA. O Japão, até meados do século XIX, se mantinha fechado para o comércio internacional, o que os americanos logo se apressaram em adquirir espaço no mercado japonês. Durante as décadas de 1850 e 1860 o país do extremo oriente sofria com coerções navais para abrir seu mercado, a tentativa ocidental de expandir no oriente tinha sido bem-sucedida na China durante a Guerra do Ópio (1839-1842 e 1857-1858) o que alertava as autoridades japonesas para se resguardarem da força imperialista ocidental (HOBSBAWM, 2015a, p. 233).

A Restauração Meiji em 1868 foi o ponto de partida para a transformação social do país, em resposta ao modelo de poder internacional, e os dirigentes do governo fomentaram uma modernização que adequasse o Japão nos pretextos ocidentais de poder e nacionalismo, primeiro através de uma reforma agrária e depois o início de uma industrialização têxtil no final do século (HOBSBAWM, 2015a).

A história dos EUA é um exemplo na demonstração das ideias liberais e nacionalistas, pois existia uma idealização de ser o “experimento” de uma nação republicana, democrática e livre, única de seu tipo no mundo (PECEQUILO, 2011, p. 43). Na constituição de um Estado, que inicialmente se formou sobre as treze colônias na costa leste da América do Norte, sua prioridade era manter a autonomia e proteger seus interesses da tentativa hegemônica europeia³², mas o que se percebe no século XIX é que os interesses norte-americanos haviam mudado. O *manifest destiny* se tornou em uma ideia vivida no imaginário nacionalista americano, que legitimava sua política expansionista na consolidação de um território

³² “[...] a atenção de um povo livre deve estar constantemente desperta; já que a história e a experiência demonstram que a influência externa é um dos mais perigosos inimigos do governo republicano” (WASHINGTON, 1789, *apud* PECEQUILO, 2011, p. 44).

continental ao longo das décadas seguintes, mesmo se isso significasse a invasão de terras indígenas e território espanhol no meio-oeste norte americano.

Com o fim da guerra civil americana em 1865, se estabeleceu uma forte centralização do poder sobre a esfera federativa e desde então fomentou na extensão do seu poder hegemônico no resto do continente americano e partes do oceano pacífico (HOBSBAWM, 2015a, p. 224-225). No século XX os EUA seriam uma potência como jamais vista no sistema internacional, com capacidades militares e de influência cultural no mundo de maneira singular.

3.3 Acirramento e Guerra.

No século XIX as relações internacionais foram transformadas, com uma estrutura estabelecida por Estados-nacionais, com potências europeias como centro da balança de poder num sistema internacional dinâmico e intenso como nunca antes, onde as interações econômicas, políticas e sociais ocorriam de maneira cada vez mais interdependentes.

O sistema internacional se tornava num grande tabuleiro no qual os impérios procuravam expandir seu jogo, na intenção pelo domínio do mercado consumidor e obtenção de matéria-prima barata, que caracterizava meio estratégico de acordo com o modelo de poder. Esse aspecto de intensa competição mobilizou o mundo, quase por completo, num conflito de proporções antes inimagináveis.

O Império Britânico começava a perder um pouco de sua força nos mercados à medida que outras nações competiam com ferocidade. Essa concorrência econômica começou a estar ligada com as ações políticas, ou mesmo militares (HOBSBWAM, 2015b, p. 481). O protagonismo alemão, econômico, político e militar na Europa oriental e a recente aliança junto ao Império Otomano, com o qual a Alemanha estava decidida em investir numa ferrovia entre Berlim e Bagdá para viabilizar interesses petrolíferos, mostrava que suas intenções eram de se colocar como um novo ator não só europeu, mas global.

A conquista da Alsácia-Lorena foi um dos primeiros avanços da ofensiva germânica e no início do século XX os seus interesses estavam concentrados nos territórios franceses localizados no norte da África. A Crise de Agadir, como ficou conhecido os impasses entre os franceses e alemães sobre a região do Marrocos, abalou ainda mais as relações dos países. Se aproximando cada vez mais de 1914, o cenário de disputa por mercados e expansão imperialista marcava as relações entre as potências internacionais e uma guerra generalizada se tornava cada vez mais eminente. Qualquer motivo para declarar a guerra parecia suficiente e as nações

europeias já estavam desde décadas atrás montando suas alianças e armamentos para um eventual desequilíbrio na balança de poder.

Após os adventos da transformação global, ficou claro que as forças armadas das potências do centro haviam adquirido um novo tipo de arsenal. Anteriormente a este período não haviam grandes diferenças entre nações a respeito das tecnologias aplicadas na guerra, o grande diferencial permanecia nas formulações de táticas e estratégias, além de funções materiais de recursos, como o dinheiro e força humana (BUZAN & LAWSON, p. 241-243). A Primeira Guerra Mundial marca não só pelo seu caráter de conflito generalizado, envolvendo as grandes potências globais, mas pela presença de novos artifícios bélicos. A presença de tanques, força aérea, metralhadoras, submarinos e armas químicas ocasionou numa guerra de dizimação sem precedentes.

O impacto da aplicação dessas tecnologias foi de aproximadamente 15 milhões de fatalidades na Primeira Guerra Mundial, em contraste com o registro de 4 milhões na Revolução Francesa e Guerras Napoleônicas (CLODFELTER, 2002, *apud* BARRY & BUZAN, p. 244), o último conflito de proporções continentais na Europa. A guerra havia deixado um espaço de destruição devastador no continente, além de moldar profundamente o psicológico dos indivíduos que entraram em combate. O ambiente desolador, rodeado por minas terrestres e lutas em trincheiras impactaram na mente de maneira tão severa que alguns homens voltavam com sequelas psicológicas graves.³³

O resultado do conflito teria alguns desdobramentos para as décadas seguintes, como a mudança geopolítica no oriente-médio e Europa oriental, com o esfacelamento dos impérios Otomano e Austro-húngaro, e o destronamento do poderio Czarista na Rússia, em razão da revolução proletária bolchevique e formação da União Soviética em 1921. A ambição imperialista alemã seria duramente castigada através do Tratado de Versalhes de 1919, que reduzia seu poderio militar, obrigava a devolução dos territórios conquistados e manteria algumas regiões germânicas sobre controle dos aliados.

Após o fim da guerra, os Estados Unidos apareciam como um ator internacional importante, e o presidente Woodrow Wilson estava determinado em estabelecer políticas para ordem internacional e maior envolvimento do seu país nessas questões, vide sua proposta da Liga das Nações (1919). Embora o congresso americano logo após alguns anos da criação da instituição declarou afastamento, era evidente que seu poder econômico influenciava as nações

³³ A informação está disponível em: <<http://www.smithsonianmag.com/history/the-shock-of-war-55376701/>> Acessado em 25 mai. 2017.

capitalistas. Mesmo que a política externa americana naquele momento ainda não tinha interesses de manter responsabilidades internacionais, o país havia se tornado credor dos países europeus que utilizaram do financiamento americano para a reconstrução.

Os anos que seguiram a guerra foram de reconstrução e reerguimentos das nações europeias e a crise capitalista da Grande Depressão, como explorado no capítulo anterior, o que vai ser importante para análise é a ascensão de ideologias disputando o poder, na tentativa de elevar o ânimo dos cidadãos europeus na busca do progresso.

O surgimento de partidos ultranacionalistas foi na contramão dos preceitos do humanismo liberal, pois demandavam o controle autoritário das nações para a retomada do crescimento e revigorar a sociedade. Ideologias progressistas surgiram em suas formas mais extremas, como o fascismo de Mussolini na Itália em 1921, e na formação do partido nazista e sua ideologia do racismo “científico” na Alemanha a comando de Adolf Hitler em 1928. O comunismo e seu representante máximo a URSS, também influenciava partidos socialistas na Europa e possuía uma forte influência principalmente nos países vizinhos da Ásia central e Europa oriental, acirrando conflitos ideológicos entre os blocos fascista e socialista. Os governos dos Estados europeus eram disputados por partidos com ideologias que motivavam os governos e a população de recuperar o desenvolvimento de suas nações.

Saraiva (2007, p. 150) explica que o Japão em 1920 possuía três alternativas, conciliar com os ocidentais, voltar suas atenções para exercer seu poder regional e confrontar o *status quo* da ordem internacional. No entanto, sua política externa em relação àquela estabelecida na era Meiji havia mudado, a invasão da Manchúria em 1931 pelos japoneses sinalizava que a balança de poder no sistema internacional estava novamente sobre ameaça. Com a Alemanha sobre liderança do Partido Nazista, A Itália de Mussolini e o Japão Imperial retomaram o jogo hegemônico no final da década de 1930, mas as tentativas do Eixo, no entanto, foram frustradas.

A fase das guerras mundiais (1914-1945) demonstra o acirramento da busca por hegemonia sobre o modelo de poder moderno, o qual o sistema internacional estava submetido, a escala global desses conflitos reafirma a dimensão que a busca pelo poder se estruturava no globo.

Por mais que o projeto da modernidade se configure na liberdade, ela se tornou em um instrumento de busca na consolidação de poder das nações e não no seu propósito ideal de emancipação humana. Esta época e seus momentos difíceis vão se tornar base para o que será explorado no trecho seguinte, a constituição de mecanismos internacionais na tentativa de contornar a situação de desequilíbrio do período.

3.4 Bipolarização e Guerra Fria

Embora o pós-guerra seja um período onde várias iniciativas de cooperação internacional tomaram forma de maneira mais sólida, foi também palco para um conflito estratégico ideológico entre duas superpotências que alteraram substancialmente a balança de poder no sistema internacional. As duas potências estavam localizadas fora do eixo da centralidade que concentrou os impérios da ordem anterior, a distribuição de poder havia mudado, mas não seu modelo. O acordo no fim da guerra decretava uma repartição territorial para os soviéticos, a Alemanha teve seu territorial dividido em ocidental, com apoio capitalista norte americano, e oriental, com domínio da URSS. Ali se tornou um ambiente onde simbolizava a divisão entre as potências e suas respectivas ideologias.

A ascensão da União Soviética no sistema internacional inaugurava algo novo no mundo, não era uma potência de ideologia liberal como se configurou até então. Nos anos que seguem a Segunda Guerra, a URSS estava ainda retomando suas forças. As disputas entre as duas superpotências desencadearam em inúmeros posicionamentos estratégicos ao redor do mundo, na intenção de defender seus interesses. Os soviéticos possuíam uma estratégia de expansão para as regiões dissolvidas do antigo Império Austro-húngaro e partes da Ásia Central. Não houve conflito direto entre as duas superpotências, mas ambos patrocinaram revoluções e grupos rebeldes para a viabilização da constituição de um poder que seguissem seus direcionamentos. Três regiões são importantes a serem abordadas: Ásia, América Latina e Oriente-médio.

A situação fora da Europa era menos definida, a não ser pelo Japão, onde os EUA desde o início estabeleceram uma ocupação completamente unilateral que excluía não só a URSS, mas qualquer outro cobeligerante. O problema é que o fim dos velhos impérios coloniais era previsível e, na verdade, em 1945, considerado iminente na Ásia, mas a futura orientação dos novos Estados pós-coloniais não estava nada clara. [...] foi nessa área que as duas superpotências continuaram a competir, por apoio e influência, durante toda a Guerra Fria, e por isso a maior zona de atrito entre elas, aquela onde o conflito armado era mais provável, e onde de fato ocorreu (HOBSBAWM, 1995, p. 225)

O conflito entre as duas potências começa a partir da revitalização da URSS no final da década de 1940, com o início dos desenvolvimentos de armas de destruição em massa e uma corrida armamentista, que manteve o mundo abastecido com armamentos de maneira exponencial (HOBSBAWM, p. 250). Duas alianças se formaram no sistema internacional na questão político-militar no período, a OTAN (1949) e o Pacto de Varsóvia (1955-1991), ambas constituídas sobre interesses de segurança e poder. O autor afirma que o mais importante da

Guerra Fria foi na realidade suas consequências, elas tiveram efeitos diversos e ampliaram poderes como também os colocou em cheque (*idem*, p. 238).

Apesar das investidas norte-americanas para consolidar hegemonia e estancar o avanço comunista numa preocupação de que um “efeito domino” de revoluções não alinhadas com os EUA se instalasse em outros países, desde a década de 1970 o poder americano começava a diminuir. Embora alguns posicionamentos estratégicos tenham sido “vitoriosas” para seus interesses, a “perda da China” desestabilizou o posicionamento americano na Ásia e foi um dos principais pontos da decadência hegemônica americana³⁴. Em decorrência da situação pouco favorável no oriente, os EUA e seus aliados continuaram na tentativa de manter um domínio sobre a Ásia, onde dois focos são essenciais para análise, a Coreia (1950-1953) e o Vietnã (1955-1975). Por mais que o Vietnã tenha conseguido constituir um Estado comunista, os outros países da região haviam dividido seu território ou sobre controle ditatorial alinhado com os norte-americanos.

Os EUA se infiltraram na política latino-americana mais tardiamente, como em países como o Brasil e Chile na década de 60 e 70, para evitar que governos se alinhassem com a URSS, pois desde a Revolução Cubana de 1959, os norte-americanos voltavam sua atenção para os países próximos. A intenção era bastante clara, não era necessário que os valores liberais estivessem totalmente coesos, as ditaduras militares patrocinadas pelos EUA afrontavam diretamente os direitos humanos, liberdades individuais e a autonomia dos Estados, tudo em função de evitar a expansão comunista.

Peter Winn (2009) explica que em 11 de setembro de 1973, foi tirado do poder o Presidente democraticamente eleito do Chile, Salvador Allende, sobre articulação dos agentes de espionagem americano. A vitória do presidente em 1970 era um evento singular, pois elencava a possibilidade de que o socialismo fosse implementado sobre vias democráticas. As tentativas de barrar a posse de Allende ocorreram desde o início de sua vitória, e em seguida através de embargos ao país sul-americano, mas foi Pinochet que conseguiu efetivar os interesses dos EUA, tornando o país num dos experimentos capitalistas mais controversos da Guerra Fria.

No Oriente-médio o intervencionismo foi ainda mais crítico, com repercussões gravíssimas e com consequências que ainda fazem parte da agenda internacional contemporânea. O Irã estava desde 1953 sobre influência americana, o golpe patrocinado pela

³⁴ “A ‘perda da China’ foi o primeiro passo significativo do ‘declínio norte-americano. Com consequências políticas de grande envergadura. Uma delas foi a decisão de apoiar a tentativa francesa de reconquistar sua ex-colônia da Indochina, de modo que esta também não fosse ‘perdida’” (CHOMSKY, p. 97)

CIA abriu as portas do país para sua “modernização” reestabelecendo o Xá Raza Pahlevi ao poder. A crescente industrialização e a formação de uma classe proletária fomentaram uma revolução particular, pois possuía tanto os aspectos revolucionários da esquerda quanto a tradição islâmica. Em 1979 a revolução havia exilado o Xá e estabelecido um governo fundamentalista islâmico, com repercussões políticas para outros movimentos na região, que se rebelavam contra as forças americanas e o intervencionismo (HOBSBAWM, 1995, p. 440-442).

Segundo Chomsky (2016, p. 99-100) a estagnação econômica na década de 1970, devido ao fortalecimento das economias europeias e japonesa, em compasso com os altos gastos militares e crise do petróleo, proporcionou um declínio autoinfligido para os americanos. Na esperança de contornar sua decadência, os EUA fomentaram a financeirização e a transferência de plantas industriais para que as corporações pudessem continuar a lucrar e o efeito disso foi a concentração cada vez maior de capital para corporações, deixando parte da população desempregada e estagnando a renda.

As consequências desses eventos serão melhor analisadas no quarto capítulo desse trabalho, por ter implicações que remetem aos três princípios que possibilitaram a transformação global. Por hora, é importante destacar que o conflito entre as duas superpotências possui impactos concretos nas relações internacionais do mundo contemporâneo.

3.5 Declínio Hegemônico e Ascensão Multipolar

O fim da Guerra Fria sinalizou a queda da União Soviética, mas também demonstrou um declínio da hegemonia dos EUA no sistema internacional. Inicialmente, o poder americano na sua fase de maior capacidade logo no começo do pós-guerra, foi deteriorado com a ascensão econômica da Alemanha e do Japão, e na contemporaneidade sua influência internacional diminuiu ainda mais. No século XXI, as velhas potências do centro continuam exercendo forte dominância global, mas novas potências nos países em desenvolvimento, como a China, Brasil e Índia começam a surgir, desestabilizando a centralidade do poder (BUZAN & LAWSON, p. 277).

Analisando o crescimento da China nos últimos anos, que se tornou a segunda maior economia do mundo, como também a economia que mais cresce, deve ser destacado seu posicionamento nas relações de cooperação com outros da sua categoria de país em desenvolvimento. A China possui uma forte e decisiva política no continente africano, se

tornando o maior parceiro econômico do continente, com US\$ 86 bilhões de empréstimo para países como Angola, República Democrática do Congo, Etiópia, Quênia e Sudão³⁵.

O investimento ao ano no seu setor militar houve um pulo de US\$ 33.5 bilhões em 2000 para US\$ 129.3 bilhões, e fez de tal maneira que não precisasse mudar a proporção do PIB representado nos gastos de defesa (aprox. 2%) (SIPRI, 2013, *apud idem*, p. 287). No entanto, a China possui divergências a respeito de se tornar uma eventual hegemonia no mesmo parâmetro que as anteriores (HEATH, 2012; ZHANG, 2012; SHIH e YIN, 2013, *apud idem*, p. 298). Mesmo assim, o país possui problemas que precisariam ser revistos como a desigualdade social, degradação ambiental³⁶ e uma má distribuição generalizada de capital (SHAMBAUGH, 2013; Fenby, 2014, *apud idem*, p. 299).

A menor atuação global dos EUA, contudo, não é tão aparente ao ponto de ser substituída tão cedo, o dólar ainda é moeda de referência internacional, possui o maior setor militar do mundo e é bastante influente no quesito de *soft power*. O país não tem intenção alguma de ceder seu posto hegemônico facilmente (WEBER & JENTLESON, *apud idem*, p. 287). É provável que a época de superpotências ficou para trás, o sistema internacional possivelmente terá múltiplas grandes potências compartilhando o poder na estrutura global³⁷.

Desde o fim da bipolarização no sistema internacional e a dominância do sistema capitalista no mundo, Buzan e Lawson (2015) explicam que na contemporaneidade existem diferentes modelos de capitalismo que são exercidos no mundo. Os aspectos do capitalismo podem ser caracterizados sobre quatro tipos de governança: democracia liberal, socialdemocracia, capitalismo competitivo autoritário e capitalismo de Estado burocrático. Nos espectros mais extremos ficam as utopias de mercado livre e governança não capitalista, mas essas não possuem relevância na balança de poder ou não são explicitadas no sistema internacional. Os autores também destacam que existem uma possibilidade híbrida, como a Rússia, que possui característica de Estado burocrático e autoritarismo competitivo (*idem*, p. 282-283).

Segundo Luttwak's (1990, *apud idem*, p. 285) num mundo onde existe uma multipolaridade os países competirão através de seus sistemas capitalistas sobre dois possíveis

³⁵ <https://www.cfr.org/background/china-africa>

³⁶ É importante ressaltar que a China já se posiciona a respeito desse tema e atualmente é o país que mais investe em energia limpa no mundo, segundo o relatório da ONU. Disponível em: < http://fs-unep-centre.org/sites/default/files/publications/globaltrendsrenewableenergyinvestment2016lowres_0.pdf> Acessado em 13 de jun 2017.

³⁷ Um novo modelo de poder a partir de inovações com proporções de acumulação de capital tornaria o surgimento de novas superpotências uma possibilidade, no entanto tecnologias com essa capacidade ainda são desconhecidas ou ainda estão em desenvolvimento (*idem*, p. 297).

aspectos, distintos em: geopolítico e geoeconômico, e que Buzan e Lawson ainda expandem sobre particularidades entre *soft* e *hard*.

Luttwak's se refere a geopolítica o jogo de soma zero num modelo de relação entre Estados na competição territorial político/militar. Por geoeconômico, o autor que dizer a competição de soma zero pelo crescimento econômico/político modelo de relações entre Estados onde a guerra entre superpotências é largamente descartada. [...] Geopolítica *hard* significa que a guerra intencional é legítima e esperada [...] Geopolítica *soft* representa que a guerra entre potências é marginalizada, mas que a competição territorial e balanço militar permanecem, como no caso, por exemplo, na Ásia Oriental. Geoeconomia *hard* que dizer a competição de soma zero pelo lucro dentro de uma larga modalidade política/econômica; geoeconomia *soft* diz respeito a de uma mistura de relações de soma zero e soma positiva dentro de uma modalidade largamente política/econômica (*idem*, p. 285-286).

Buzan e Lawson (2015) discutem que existe uma remota possibilidade para que os aspectos geopolíticos sejam prevalentes e que se um arranjo de potências capitalistas emergir na nova ordem, e que sejam capazes de administrar interações intercapitalistas, as características geoeconômicas serão mais plausíveis. Numa possível ordem de multipolaridade o poder será manifestado majoritariamente dentro dos aspectos da região geográfica em que se localiza. O Brasil, que é ator preponderante na América do Sul, assim como a Rússia, que exerce autoridade sobre os países vizinhos, prestariam ainda mais atenção nas suas políticas para com suas regiões. Os blocos econômicos são uma medida que países vem tomando desde a década de 1990, como mostrado no primeiro capítulo.

Os autores ainda colocam que a última vez que o sistema internacional presenciou uma multipolaridade foi na década de 1930, mas que atualmente o sistema internacional é extremamente diferente, rechaçando uma relação que se assemelhe ao período. Na época do entre guerras as divergências ideológicas eram mais evidentes, o estado de dificuldades econômicas era mais grave e o concerto internacional de instituições supranacionais eram debilitados, no entanto, não se deve descartar as inquietações político/militares no mundo contemporâneo. Uma ordem multipolar pode significar em outras possibilidades de regionalismo, que sejam controladas por potências ainda mais autoritárias.

Na análise sobre a multipolaridade poder desencadear uma geopolítica mais agressiva no mundo, pois retração do poder hegemônico poderia significar num maior avanço de países autoritários em suas regiões existem três eixos que devem ser analisados: Na Ásia Oriental, o mar do sul da China é um território de tensões entre os chineses e EUA e Japão, que ambos tentam manter seu domínio na região. No Leste Europeu, a invasão da Crimeia pela Rússia em 2014, também já demonstra sua pretensão de expandir seus interesses nas antigas repúblicas soviéticas. Já no Oriente-médio, existe uma tensão de múltiplas facetas, com novamente a

influência russa e norte-americana, que apoiam grupos e governos distintos na luta pelo poder de países na região. A Síria, o Irã, Arábia Saudita, Israel e as tensões que envolvem a região do Curdistão demonstram que a geopolítica no Oriente-médio está amplamente dividida e num eventual declínio dos EUA já encontra pretensões de atores interessados em expandir.

A balança de poder internacional pode ser analisada sobre as seguintes configurações, do surgimento da modernidade global até 1945 o centro se mantinha fortemente estabelecido na Europa, do pós-guerra até meados da década de 90 duas superpotências se estabeleciam fora do eixo do continente europeu para os norte-americanos e a União Soviética, por fim, no início do século XXI se caracteriza um sistema descentralizado, com destaque para os EUA, Europa e Ásia.

3.6 O Sistema Pós-Westfaliano

O cenário multipolar do sistema internacional entre os Estados é característica da descentralização na distribuição do poder sobre as nações, porém é igualmente essencial investigar a descentralização do poder sobre o exercício exclusivo do Estado. Outros agentes internacionais também influenciam na tomada de decisão, dessa forma alterando substancialmente a segunda característica da tripartite da transformação global.

A ascensão de instituições supranacionais vem da necessidade de proporcionar equilíbrio político e econômico de um sistema internacional cada vez mais complexo e interdependente. Sua funcionalidade remete a características determinantes para equilibrar as dinâmicas entre os Estados, que a partir do modelo de poder moderno haviam disputado ferozmente por uma parcela de influência hegemônica no globo para extensão de suas capacidades.

Buzan e Lawson (2015) afirmam que é no século XIX que as primeiras instituições dessa natureza vão surgir a partir da necessidade de conciliar medidas num mundo onde a capacidade interativa entre sociedades aumentava, mas somente no pós-guerra de fato irão exercer força suficiente para administrar certas políticas internacionais. Essas instituições acarretam diretamente na soberania do Estado a partir do momento que instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), tribunais internacionais, Organização Mundial do Comércio (OMC) e os diversos tratados internacionais exigem que Estados honrem com suas promessas com a comunidade internacional. A interdependência entre as nações do mundo é

uma característica que evidencia a necessidade de administrar as relações políticas e econômicas.

Esse é um ponto essencial no aspecto da descentralização de poder que encontrado na contemporaneidade. Essas características põem em questão o que se chama de cenário pós-westfaliano da soberania em relação aos Estados. Os Estados estão sujeitos a intervenção internacional, e por isso devem honrar com suas reponsabilidades (*pacta sunt servanda*) sobre a égide do direito internacional, como nos casos de extrema ingerência do Estado, que estão sujeitos a intervenção humanitária, a exemplo de países africanos e no oriente-médio.

Nas localidades de tensão e guerra civil, a existência de um Estado soberano concreto fica sobre instabilidade recorrente em decorrência de intervenções militares e dos grupos armados rebeldes que entram em conflito na busca por poder. É possível afirmar que o legado de Westfália se deteriora a medida que núcleos terroristas, multinacionais e organismos multilaterais possuem cada vez mais poder efetivo no âmbito global e o Estado deixa de ser o único poder legítimo de atuação das políticas internas (OLIVEIRA & AVILA, 2013).

Oliveira e Avila (2013), entendem como ponto principal para a constituição de um modelo pós-westfaliano no sistema internacional principalmente após os ataques do 11 de setembro de 2001. O uso da força no sistema internacional não necessariamente precisa estar atrelado a um Estado soberano que declara guerra a outro, o grupo terrorista da Al-Qaeda demonstrou que poderia atacar o solo americano num ato que simbolizou uma nova era de segurança internacional e ressignificação da soberania. Ataques terroristas já haviam sido realizados anteriormente, como nas Olimpíadas de Munique (1972) e em número maior nos países do oriente-médio ao longo da metade do século XX e no início do século XXI, mas dessa vez o atentado havia reestruturado a política externa da hegemonia global americana. Essa é uma situação delicada, posto que a medida que essas manifestações venham a ocorrer, também são instrumentos de cunho político dos interesses de um determinado agente, nacional ou privado.

Para dificultar ainda mais a resolução desses conflitos, e os crimes de guerra decorrentes, alguns países não são signatários com o regimento internacional. Os EUA e Rússia, por exemplo, não ratificaram o Estatuto de Roma (1998), que deu a origem ao Tribunal Penal Internacional, justamente em decorrência da vulnerabilidade que esses países ficariam postos na medida que estão envolvidos com uma séria de conflitos em descumprimento com o regimento. A política internacional contemporânea de alguns países busca frear essa movimentação de privação de sua soberania através de organismos internacionais. A invasão

do Tibete (1950), as questões que envolvem os conflitos na Palestina e no Oriente-médio, pouco são avaliadas com tomadas decisivas na solução desses conflitos, pois interferem com a política externa de potências.

O embate entre diferentes atores internacionais na efetivação de seus interesses desestabiliza uma sociedade global que ainda não consegue enxergar a repercussão sistêmica das suas ações individuais dos agentes, dificultando uma resolução objetiva e eficiente para os desafios contemporâneos.

4. Capítulo 3 - Razão, Ideologia e Identidade.

As novas ideologias que ganharam destaque durante o século XIX, mais notavelmente o liberalismo, nacionalismo, socialismo e o racismo ‘científico’, geraram novas entidades, atores e instituições (colonos, sociedade civil, companhias limitadas) e ou reconstituíram as antigas (o Estado) ou as destituíram (dinastia). Essas ideologias, intimamente ligadas com as noções de progresso, forneceu novas estratégias legítimas para como as relações internacionais era praticada. (BUZAN & LAWSON, p. 3)

As ideologias que se maturam no “longo século XIX” expressam uma característica importante na modernidade, a de que o progresso era *necessário* em suas comunidades nacionais. Observando três aspectos característicos é possível compreender seu impacto: *i) elas enfrentaram a base estrutural da sociedade; ii) racionalizou várias funções dentro da engenharia social, incluindo a industrialização; iii) legitimou a formação racional do Estado e estendeu o poder do Ocidente ao redor do mundo* (BUZAN & LAWSON, p. 100-101).

É preciso destacar que além dessas ideologias servirem como instrumento de conexão estrutura/indivíduo do Estado moderno, também serviram para modificar a lógica dos indivíduos para propósitos do projeto moderno de progresso e prosperidade. A busca desses objetivos advindo da ação humana é um conceito que surge na modernidade³⁸.

Dessa maneira, é importante destacar como a visão antropocêntrica, na qual o homem é o centro do universo e dotado de razão, possibilitou que teóricos e filósofos políticos e econômicos elaborassem ideias de uma sociedade ideal e próspera. Os intelectuais da época estavam decididos em mostrar as maneiras mais eficientes de ordem social humana e no direcionamento da prosperidade e progresso. É muito esclarecedor o que Habermas idealiza, como observa David Harvey:

O que Habermas chama de projeto da modernidade entrou em foco durante o século XVIII. Esse projeto equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas “para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e as leis universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica destas. A ideia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia a liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais (HARVEY, 2014, p. 23).

Em um primeiro momento, será destacado o aspecto da revolução científica na constituição do pensamento progressista moderno e suas singularidades, abordando o

³⁸ “Até a Revolução Científica, a maioria das culturas humanas não acreditava em progresso. Elas pensavam que a Era de Ouro estava no passado e que o mundo estava estagnado, se não ruindo. A adesão estrita a sabedoria das eras poderia, talvez, trazer de volta os bons e velhos tempos, e a engenhosidade humana poderia melhorar esse ou aquele aspecto da vida cotidiana. No entanto, considerava-se impossível que o conhecimento humano fosse capaz de superar os problemas fundamentais do mundo” (HARARI, 2015, p. 274).

racionalismo na política e economia e suas consequências na constituição de ideologias de progresso. Posteriormente será analisado o contexto contemporâneo dos valores modernos a partir do “pós-modernismo” e como as ideologias identitárias se relacionam nesse cenário.

4.1 Revolução Científica e seu Caráter Normativo na Modernidade

A revolução científica no século XVI rompe com o modelo de conhecimento pré-moderno³⁹, e fomenta a criação de métodos e narrativas para desvendar as imprecisões de suas observações passadas. Essencialmente, três fatores são essenciais para o avanço da ciência, como analisa Harari (2015, p. 261): a) *a disposição para admitir a ignorância*, reconhecendo que nossas certezas podem estar equivocadas até adquirir mais conhecimento, mesmo que elas sejam tidas como “sagradas”; b) *O lugar central das observações e da matemática*, coletando dados empíricos e matemáticos que são processados em teorias abrangentes; c) *A aquisição de novas capacidades*, utilizando as teorias anteriores para explorar novos estudos que desenvolva em novas teorias.

Os valores europeus passavam por uma alteração que mexia no entendimento do ser humano como dotado de razão e capaz de decifrar os fenômenos, assim o homem não precisa se adaptar ao ambiente, mas é a natureza que se transforma em função de sua vontade.

A confluência de forças econômicas e políticas, na estruturação de um novo modo de produção, na passagem do feudalismo ao capitalismo e na derrubada da nobreza e do clero, estabeleceram, com precisão, a necessidade de construção de um novo modo de pensar e agir, distanciado do controle teológico, que, em pouco tempo, possibilitou o pleno estabelecimento de um definitivo modelo de sociedade que perdura até hoje (BATISTELA & BONETI, 2008, p. 1099).

Antes de entrar nos aspectos da racionalização nas estruturas políticas e econômicas na Europa, é importante também colocar em evidência o pensamento moderno a partir da relação homem e natureza. Anteriormente foi destacado a revolução científica na sociedade europeia do século XVI, mas a *maneira* como se interpreta a realidade se tornou estreitamente ligada a um paradoxo ainda atual: avançamos na compreensão quantificável da natureza, mas perdemos, *pari passu*, a capacidade de vislumbrar a essência do real (*ibidem*, p. 1102).

Batistela e Boneti (2008) afirmam que desde as descobertas de Galileu (1564-1642), a partir dos dados coletados de fenômenos quantificáveis da natureza, e em conjunto com o

³⁹ É preciso destacar que, a pré-modernidade nesse contexto, se configura como o período entre a dissolução do império romano do ocidente até o renascimento. As características do pensamento lógico e desenvolvimento do conhecimento moderno são ligações diretas com a filosofia grega clássica (RUSSELL, 2015).

pensamento de René Descartes (1596-1650) na proposta analítica da dualidade espírito/matéria, ou subjetividade/objetividade, onde a razão seria responsável por decodificar a realidade⁴⁰, são precursores do pensamento moderno.

Essa visão mecanicista (racionalista) de mundo e a prática científica tradicional que consolida o antropocentrismo, empreende, a partir do século XVII, um processo gradativo de separação humana da dinâmica natural do mundo. Dinamiza-se, a partir daí, uma nova visão de meio natural essencialmente utilitarista. Cientificamente, consolida-se então, a concepção da ciência-manipulação que, aliada à emergência do fenômeno tecnológico moderno, define uma condição humana de estar sobre o mundo e com o mundo ao dispor da ação conhecedora e transformadora humana⁴¹. Socialmente, desenvolve-se uma sociedade crescentemente energívora e imbuída de valores individualistas e materialistas. (BATISTELA & BONETI, 2008, p. 1105)

É importante destacar essa característica do pensamento moderno pois é sobre ela que se pauta grande parte dos valores modernos, da ciência moderna e do pensamento moderno, em especial as que avaliam suas teorias sobre a realidade a partir daquilo que os racionalistas acreditam como verdade objetiva, ou seja, partindo de um pressuposto autorreferente sobre uma interpretação subjetiva de fenômenos, na tentativa de avaliar a verdade sobre uma racionalidade mecanicista, assimilando ciências sociais no aspecto da ciências exatas, mas sem os devidos aparelhos empíricos⁴².

4.2 Racionalidade Política.

Ao contrário do pensamento político de Jean Bodin (1530-1596), que declarava que os reis possuíam direito divino para serem soberanos, a teoria característica do racionalismo moderno é encontrada no livro *O Leviatã* (1651), de Thomas Hobbes (1588-1679), onde destaca uma teoria não ligada a concessão divina de poder, mas na condição natural do homem.

A obra hobbesiana inicia um pensamento político moderno a respeito do surgimento da organização da sociedade humana e as relações de poder capazes de permitir uma convivência entre seres humanos de maneira eficaz. Segundo o autor, devido ao estado de natureza

⁴⁰ O método analítico cartesiano, cujo subproduto é o reducionismo científico, consolida-se, então, como modelo investigativo por excelência para o conhecimento da realidade, e funda as bases da ciência moderna. (BATISTELA & BONETI, p. 1104)

⁴¹ É importante observar que a prática científica desvirtua-se de sua característica secular que era de uma forma humana de conhecimento da realidade, com vistas à integração humana nesta realidade. A partir de Bacon, principal defensor da ciência enquanto conhecimento para transformar, manipular, controlar, dominar, perdemos a noção de ciência-contemplação, para ingressarmos na era da ciência-manipulação. (BATISTELA & BONETI, p. 1105)

⁴² O pensamento de Auguste Comte (1798-1857) reflete a ciência aplicada as relações sociais, a ideia do positivismo é aspecto central desse pensamento científico normativo e mecanicista. A característica utilitarista da filosofia moderna diz respeito a utilizar a razão com o objetivo de interesse.

anárquico que existe anteriormente a sociedade, é necessária uma forma de contrato entre aqueles que desejassem preservar a ordem, com o poder concentrado sobre um soberano, que proporcionaria uma sociedade devidamente protegida e organizada.

Mas o poder de Estado tem que ser pleno. O estado medieval não conhecia poder absoluto, nem soberania – os poderes do rei eram contrabalançados pelos da nobreza, das cidades, dos parlamentos. Jean Bodin, no século XVI, é o primeiro teórico a afirmar que no Estado deve haver um poder soberano, isto é, um foco de autoridade que possa resolver todas as pendências e arbitrar qualquer decisão. Hobbes desenvolve essa ideia, e monta um Estado que é condição para existira própria sociedade. A sociedade nasce com o Estado (WEFFORT, *et al.*, 2009, p. 61).

A ideia central de Hobbes, a respeito do surgimento da sociedade humana, era através da firmação de um contrato, livrando os indivíduos e um estado de natureza terrível, servindo de base para a defesa de um Estado absolutista, onde o poder do governante era supremo. A teoria de Hobbes, dessa forma, implica sobre a tutela de um governante absoluto a característica do poder ausente do compartilhamento com a Igreja, corroborando para o entendimento de poder coerente e central embasado no contrato social.

Maquiavel (1459-1527) já era um dos pioneiros do pensamento político racional, que também contribui bastante para a formação de um estudo sobre as relações reais de poder e principalmente a respeito das qualidades necessárias para que um príncipe, ou soberano, pudesse manter sua influência, protegendo e conservando sua governabilidade e legitimidade. O autor florentino demonstrava uma preocupação sobre o território italiano, que na época estava dividida e sujeita a invasões externas, para isso acreditava que era necessário o surgimento de um príncipe virtuoso capaz da unificação (WEFFORT, *et al.*, 2009, p. 21).

Embora os pensadores utilizavam dos ideais renascentistas de racionalidade, a característica humanista não havia sido levada em conta, o que Clóvis Falcão (2016, p. 37) nos diz sobre isso é que “o ideal de humanismo, no jogo político, não é um fim em si mesmo, mas um dos instrumentos do bem-estar social. Quando se alcança a estabilidade sem o discurso humanista ele não faz falta”.

O que diferencia Maquiavel de Hobbes é justamente o caráter contratualista e na idealização da característica política e a constituição da sociedade, mas as ideias dos autores auxiliam na teorização racional da necessidade do Estado soberano para a plena função de suas capacidades, obtendo um ponto de vista individualista e observando a natureza humana como egoísta. Parte de suas visões teóricas são características dos cenários políticos de seu tempo. Maquiavel situado sobre uma Florença dos séculos XV-XVI, percebendo as relações de poder entre as nobres famílias que disputavam o poder nas cidades-estados se dava de maneira intensa.

Hobbes, por sua vez, presenciou a guerra civil inglesa (1642-1651) durante o século XVII, onde o caos imperava sobre a falta de um soberano que conseguisse controlar a ordem social⁴³.

No entanto, a racionalidade sobre a política e sobre o funcionamento do Estado, começou a ser objetivo de pesquisa por pensadores com outros vieses ideológicos, pois nem todos os pensadores políticos compartilhavam das ideias de um Estado absolutista e do poder dinástico exercido pela nobreza. O surgimento da corrente liberal sobre a corrente contratualista abriu espaço para que novas ideias ocorressem na política europeia.

O século XVII foi marcado pelo antagonismo entre a Coroa e o Parlamento, controlados, respectivamente, pela dinastia Stuart, defensora do absolutismo, e a burguesia, ascendente, partidária do liberalismo (WEFFORT, *et al*, 2009, p. 81).

A situação na Inglaterra entre 1640 até 1689, foi de bastante instabilidade política, conflitos entre católicos e protestantes e guerra civil. A vitória dos parlamentares, que haviam se aliado com Guilherme de Orange, agora possuíam poderes suficientes para limitar a monarquia. John Locke (1632-1704), que havia tomado refúgio na Holanda desde 1681, volta com a triunfante vitória da burguesia e desenvolve seus escritos mais valiosos a respeito das ideias liberais. Ao contrário de Hobbes, Locke acredita que no estado de natureza existia uma liberdade e igualdade entre os homens, e designou a vida, a liberdade e os bens como direitos naturais do homem. (*idem*, p. 85). O autor colocava dessa forma o indivíduo em primeiro plano, pois afirma que ele possui direito natural inalienável sobre sua propriedade desde o momento que precede a sociedade.

O pensamento de Locke havia mudado por completo o cenário do racionalismo político que existia na época. Seu trabalho foi desenvolvido ao fim da revolução gloriosa sintetizando o ocorrido e postulando sobre o liberalismo. As ideias não ficaram isoladas na ilha dos bretões, mas influenciou ainda mais fervorosamente na Revolução Americana e na França, aproximadamente 100 anos depois.

Na América, o liberalismo se tornou no ideal nacional, servindo como base de sua constituição (RUSSELL, 2015, p. 285). Na França a revolução marcaria por seu rompimento com Antigo Regime, que ainda refletia muito da hierarquia social medieval, e a ascensão da organização política civil. Iniciada em 1789 e finalizando após 10 anos de instabilidade no país, Napoleão se estabelece como representante do Estado agindo em nome povo e eles como cidadãos dedicados à sua causa (OSBORNE, 2016 p. 356). Essa representação leva destaque

⁴³ Esses autores serviram como base na fundação da teoria realista das relações internacionais no início do século XX.

pois o imperador francês não se estabelece como monarca-símbolo do Estado, mas representando o Estado civil e a promessa da revolução.

A ratificação do *Bill of Rights* em 1689 e a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* em 1789, estabelecem dois pontos cruciais para a modernidade. Em primeiro aspecto, representam uma combinação da centralização política e cidadania francesa com a prática britânica do dissenso político limitado ao marco de uma estrutura estatal consensual. O Estado moderno, que se torna modelo para outros povos no século XIX, é caracterizado por essa combinação (OSBORNE, 2016 p. 358). O outro aspecto diz respeito a legitimação das ideais do humanismo liberal na política e na sociedade através dos documentos constitutivos e também dos elementos da revolução americana, que simboliza o rompimento direto da relação entre metrópole e colônia.

Dessas revoluções surge, além da ideologia liberal, o aspecto do nacionalismo, alterando os fundamentos da legitimação política das proclamações dinásticas da genealogia aristocrática para uma constituída pelo povo como nação (MAYALL, 1990, *apud* BUZAN & LAWSON, p. 115). O valor do homem, que estava ligado perante uma hierarquia da pré-modernidade e governada pela nobreza, rompe-se dessa antiga estrutura e evidencia um valor humanista na imagem do homem como cidadão. No entanto, é importante destacar para o fato que isso não significava na emancipação de todas as pessoas da nação.

Apesar de sua proclamação da igualdade entre todos os homens, a ordem imaginada constituída pelos norte-americanos em 1776 também estabeleceu uma divisão. Criou uma hierarquia entre homens, que se beneficiavam dela, e mulheres, que ficaram desprovidas de autoridade. Criou uma hierarquia entre brancos, que desfrutavam da liberdade, e negros e indígenas, considerados humanos de uma espécie inferior, não compartilhando, assim, dos direitos igualitários dos homens. Muitos dos que assinaram a Declaração da Independência eram senhores de escravos. Eles não libertaram escravos depois que assinaram a Declaração nem se consideravam hipócritas. Em sua visão, os direitos dos *homens* pouco tinham a ver com negros (HARARI, 2015, p. 141).

4.3 Racionalidade Econômica

Assim como pensadores políticos procuravam uma ordem social objetiva e ideal, o uso de racionalidade para fins práticos influenciou filósofos econômicos, que usaram desta mesma ferramenta de maneira bastante estratégica para desenvolver métodos cada vez mais eficazes de prosperar com suas riquezas.

Bernard Mandeville (1670-1733), em seu polêmico livro *A Fábula das Abelhas* (1723), discutiu sobre os fatores que ajudam a uma economia a se desenvolver. O autor havia declarado em sua obra que, assim como ocorre quando abelhas seguindo seus desejos egoístas ajudam a

construir a colmeia, o desejo egoísta dos humanos em consumir produtos é o que faz com que possa ocorrer um crescimento econômico e desta maneira melhorar a qualidade de vida dos indivíduos. Essa linha de pensamento junto a uma industrialização que estava alguns anos à frente de Mandeville, influenciou na obra econômica mais importante até o momento, *A riqueza das nações* (1776), escrito por Adam Smith (1723-1790).

No livro o autor aborda sobre diversos aspectos que fazem uma economia prosperar e acumular riquezas. Um primeiro ponto do livro é sobre a divisão do trabalho, onde a produção de bens industriais aumenta se cada etapa for realizada por um trabalhador especializado, mas esse tipo de divisão poderia prejudicar o interesse do operário no seu trabalho, causando implicações (RUSSELL, 2015, pág.341). Outro ponto central da obra de Adam Smith é sobre a prosperidade coletiva de uma nação, pois quando um proprietário de terras ou um comerciante, tem mais lucro do que precisa para se manter, ele usa o excedente para investir novamente em seu empreendimento, empregando mais assistentes. Quanto mais lucro tiver, mais assistentes terá (HARARI, 2015, pág. 321).

A motivação pelo lucro e o desejo de consumo estariam no cerne do capitalismo para o desenvolvimento das sociedades como postulada por Smith e Mandeville. A investigação sobre o sistema de trocas que ocorriam possibilitou uma aplicação de fórmulas econômicas que seriam a chave da riqueza dos Estados, com a condição que eles não interferissem nas questões de mercado, o que Smith explica como uma “mão invisível” regulando naturalmente.

Harari (2015, p. 323) explica que embora a ideia de Smith possa parecer em uma observação trivial, para a época mudou consideravelmente a percepção sobre o mercado, e as classes de mercadores enxergaram a oportunidade de crescerem seus negócios ainda mais. Na era moderna, a nobreza foi substituída por uma nova elite cujos membros acreditam verdadeiramente no credo capitalista. O desenvolvimento começou a aparecer e as cidades ficaram cada vez maiores, o êxodo rural para os centros urbanos ocorreram em grandes proporções a medida que mais trabalho se tornava disponível nas fábricas. Bordoni (2016, p. 88) faz um relato sobre a condição de vida nos centros industriais do século XIX:

Na verdade, mesmo nas primeiras informações histórico-econômicas que documentam o avanço da Revolução Industrial, as condições de vida dos trabalhadores de fábrica são descritas como muito melhoradas: os trabalhadores estão mais bem-vestidos, usam sapatos e têm renda familiar ampliada. O único problema é que, comparada com a vida de pobreza no campo, sua qualidade de vida se deteriorou gravemente: obrigados a trabalhar de catorze a dezesseis horas por dia em condições de semiescravidão para se alimentar, obrigados a viver em cortiços lotados e insalubres, e a usar suas mulheres e crianças como força de trabalho. Uma existência terrível com a ilusão de um amanhã melhor, pelo menos para seus filhos [...] A medida que o progresso avançava as massas da população aos poucos foram

compreendendo que a indústria se desenvolvia e que os mercados oferecem bons salários.

Esse cenário começou a ser questionado e logo outros pensadores levaram em conta se o sistema capitalista valorizava tão bem o valor do trabalho de seus “assistentes”. David Ricardo (1772-1823) abordou a respeito da relação valor-trabalho, onde o valor sobre o produto está relacionado a quantidade do trabalho, mas é Karl Marx quem usa essa relação, junto com a dialética hegeliana como instrumento de discussão filosófica (RUSSELL, p. 350-351) para desenvolver uma base teórica crítica ao capitalismo. Marx percebe que a ordem capitalista adota um ponto de vista da classe burguesa e que esse tipo de ordem social acabava por explorar o proletário para obtenção de lucro. Insatisfeito com a realidade, publicou junto a Friedrich Engels, em 1848, o *Manifesto Comunista*, conseguindo dessa forma servir de inspiração numa nova ideologia para representar a classe proletária perante a política.

4.4 Ideologias Progressistas e o Indivíduo Moderno.

O entendimento sobre seres humanos no aspecto individual foi também alterado em face as transformações estruturais da sociedade. Como foi visto anteriormente, o rompimento com a ordem hierárquica da sociedade, marcada com o fim do antigo regime, conduziu para um modelo nacionalista, onde o homem faz parte do corpo do Estado não como súdito, mas como cidadão e possuidor de direitos. O indivíduo é parte essencial dessa transformação ao longo do processo histórico moderno, pois sua maneira de perceber a realidade se caracteriza, de uma forma geral, sobre o antropocentrismo, racionalismo, partilhando ideologias progressistas na busca de um projeto de sociedade próspera. Nos Estados modernos a ideologia nacionalista é a peça que interliga estrutura e indivíduo em uma relação mútua de responsabilidades.

Diante de todas as ideologias da modernidade, duas se fazem de extrema importância para análise do contexto contemporâneo, o liberalismo e nacionalismo, devido sua intensa influência na constituição das sociedades do mundo. As outras duas embora estejam fora de suas contemplações concretas no espectro internacional desde o fim da segunda guerra mundial (racismo ‘científico’) e do fim da Guerra Fria (socialismo), ainda são fonte de inspirações de movimentos políticos na atualidade, especialmente o socialismo, que ainda possui territórios como Cuba e Coréia do Norte sobre regimes que possuem características da ideologia, como também inspirou movimentos partidários da socialdemocracia.

As hierarquias sociais e a crença religiosa na ordem social não eram suficientes para constituir um Estado moderno e civil, era necessário um novo mecanismo ideológico capaz de unir o indivíduo com a instituição, que não apenas acreditasse na ordem proporcionada pelo Estado. A identidade na modernidade está alçada fortemente dentro do contexto das ideologias progressistas, que foram cruciais para a formação de comunidades imaginadas, como Alemanha, Itália, Brasil e vários outros Estados que foram formados no longo século XIX em diante o nacionalismo possuía símbolos e representação numa espécie de discurso (HALL, 2015, p. 31).

Desafiando também o poder dos antigos impérios na Europa Oriental dos Habsburgo, Romanov e Otomano (BUZAN & LAWSON, p. 117). Essa ideologia permitia também que estabilizasse as relações de classe numa sociedade industrial, a nação era um corpo unificado dos cidadãos (GELLNER, 1983, *apud idem*, p. 117)

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza social (HALL, 2015, p. 29).

O liberalismo, embora tenha sua base no trabalho de Locke, somente no início do século XIX o termo da ideologia se torna comum para se referir ao encurtamento do poder das mãos da monarquia através de uma constituição (BELL, 2007, *apud* BUZAN & LAWSON, p. 102). Na prática política, a ideologia possui múltiplas características e por vezes contraditórias, como o não intervencionismo (nas questões de autodeterminação) e o intervencionismo (nas questões humanitárias) (LAWSON & TARDELLI, 2013; LITTLE, 2013, *apud idem*, p. 102). Existe então uma multidimensionalidade na prática liberal dos Estados, sobre a qual Gilpin (1987) destaca que alguns países proferiam “técnicas keynesianas domesticamente, mas smithiana no exterior”.

Apesar de que o liberalismo se manifesta de diferentes maneiras ela é orientada sobre três aspectos centrais: o indivíduo como o principal ponto da articulação de reivindicações normativas; o mercado como característica principal de mudanças econômicas; e representação democrática como aspecto principal de da autoridade política. (BUZAN & LAWSON, 2015, p. 103)

Segundo Buzan e Lawson (p. 97-100) o Estado exercia seu poder através das suas instituições e de sua extensão para envolver a sociedade dentro da ideologia nacional. A expansão das universidades fomentava as pesquisas de “aperfeiçoar” a sociedade, com estudos para compreender as leis que a compõe. As instituições de ensino superior tinham uma

característica com viés bastante progressista de objetivos, como a *London School of Economics* (1895) e a *Sciences Po* (1871). Elas auxiliavam os Estados domesticamente na pesquisa e coleta de dados e externamente, onde ajudavam a administrar o domínio imperial (BUZAN & LAWSON, p. 98).

O progresso também era uma particularidade para desenvolver uma crença de diferenciação das sociedades europeias do resto do mundo, devido a sua característica “civilizada”. Conquistar, colonizar e os mecanismos do império em outros territórios fora da Europa era um ato de “erguer” esses povos, um traço que era perceptível no liberalismo (BELL, 2007, *apud* BUZAN & LAWSON, p. 106)

4.5 Capitalismo e o Comportamento Humano

Harari (2015, p. 366) explica que antes do Estado e do mercado moderno, a vida cotidiana humana acontecia dentro de três esferas principais: a família nuclear, família estendida e a comunidade íntima local. A família educava, financiava possíveis necessidades e era responsável por aprovar matrimônio, quando ela mesmo já não havia decidido quem iria ser seu parceiro. O individualismo era um termo pouco comum, pelo menos no seu sentido contemporâneo, anteriormente a modernidade⁴⁴ (HALL, 2015).

Mas algo mudou quando o Estado moderno e o mercado ganharam força na sua influência na sociedade. A noção de indivíduo como cidadão é uma consequência dos desdobramentos dessas estruturas modernas. Na pré-modernidade era difícil buscar auxílio para buscar trabalho individualmente e seguir um caminho próprio fora da esfera familiar. Mas o capitalismo e o Estado proporcionaram que indivíduos buscassem renda de maneira alternativa. O Estado cada vez mais burocrático e o complexo mercado moderno, precisava de indivíduos com funções cada vez mais específicas, necessitando de funcionários aptos para exercer o trabalho.

A economia capitalista moderna é um imenso cosmos no qual o indivíduo nasce, e que se lhe afigura, ao menos como indivíduo, como uma ordem de coisas inalterável, na qual ele tem de viver. Ela força o indivíduo, à medida que esse esteja envolvido no sistema de relações de mercado, a se conformar às regras de comportamento capitalistas. O fabricante que se opuser por longo tempo a essas normas será inevitavelmente eliminado do cenário econômico, tanto quanto um trabalhador que

⁴⁴ Os homens nobres na Europa medieval não acreditavam no individualismo. O valor de uma pessoa era determinado por seu lugar na hierarquia social e por aquilo que outras pessoas diziam a seu respeito. Ser alvo de zombarias era uma indignidade terrível. Os nobres ensinavam seus filhos a protegerem seu nome a qualquer preço. Como o individualismo moderno, o sistema de valores medieval deixou a imaginação e se manifestou na pedra dos castelos medievais. O castelo raramente tinha aposentos privativos para crianças (ou, aliás, para qualquer pessoa) (HARARI, p. 122).

não possa ou não queira se adaptar às regras, que será jogado na rua, sem emprego (WEBER, 1905, p. 21-22).

O capitalismo que surgia na modernidade precisava de uma figura individual sólida capaz de interagir com o novo sistema econômico. Na sociedade moderna, a figura do indivíduo no estilo *self-made man*⁴⁵, se tornou em uma espécie de arquétipo para o homem moderno, onde no seu imaginário coletivo o indivíduo com esforço suficiente, poder alcançar os holofotes do sucesso e da admiração, tornando este um aspecto importante da vida cotidiana moderna. Nos EUA esse conceito foi colocado em prática de maneira bem-sucedida, os grandes empresários apelidados de *robber barons*, que surgiram na mitologia do capitalismo americano como homens poderosos e ricos. Segundo Hobsbawm (2015a, p. 228-229), no século XIX 42% desses multimilionários vinham das classes médias ou baixas, e 8% eram filhos de pais da classe operária. A influência da nação e do capitalismo sobre a sociedade, e conseqüentemente do indivíduo, se encontra numa íntima ligação de poder, ideologia e sociedade.

Ao longo dos anos o sistema capitalista se desenvolvia com características de elaboradas campanhas de marketing, sofisticação de produtos e a emissão de catálogos que possibilitava numa maior facilidade para consumir.

O Grande Gatsby, livro de Scott Fitzgerald publicado em 1925, elenca um cenário que sintetiza bem a década e a sociedade norte-americana, ao destacar um sujeito que é capaz de sair do esquecido interior na Dakota do Norte para os holofotes da movimentada vida cosmopolita Nova Iorque, cheia de excessos, automóveis possantes, luxuosidade e reconhecimento pessoal. A construção do *self-made man*, que é capaz de mudar sua história e conquistar o mundo, e o *american way of life*, o estilo de vida repleto de consumo e prosperidade americana, são pontos centrais da obra.

Os carros estavam se tornando mais acessíveis ao público, artigos de moda ganhava novos modelos numa velocidade cada vez maior e a fomentação de novos tipos de arte que encantavam espectadores que pediam por cada vez mais produções. As primeiras grandes obras cinematográficas, com bilheterias milionárias, como *O Fantasma da Ópera* (1925), trazida pela nascente Universal Studios, levava milhares de pessoas ao cinema para entretenimento e descobrir o que as produtoras eram capazes de criar.

⁴⁵ No livro *Manhood in America* (2012), Michael Kimmel, analisa a história do homem americano e os valores carregados sobre ele a partir do contexto da modernidade. Frederick Douglas, intelectual americano do século XIX, também aborda a caracterização do “grande homem” no seu ensaio “*Self-made man*”. Disponível em: <<http://monadnock.net/douglass/self-made-men.html>> Acessado em 25 mai. 2017

Esse movimento de consumo de grandes proporções foi um dos posicionamentos do presidente americano Calvin Coolidge, que compartilhava da crença que uma sociedade que muito consome enriquece⁴⁶. O modelo capitalista americano, que tomava forma no período, se destacava por sua característica de consumo bastante romantizada, onde a propaganda exerceu uma forte influência para que consumidores buscassem a satisfação pessoal através de acúmulos materiais. Esse novo fenômeno faz parte de uma característica tanto do romantismo moderno como também dos estudos de Sigmund Freud, utilizada pelo seu irmão Edward Bernays na cultura de consumo. O movimento enxergava o ser humano além das características racionais da modernidade, pois o indivíduo possui desejos, aspirações, emoções e anseia por reconhecimento e satisfação.

Da mesma forma que Marx havia imaginado um mundo em que todos teriam o bastante para uma vida decente, os capitalistas norte-americanos se preocupavam com o que as pessoas deixassem de comprar mercadorias logo que tivessem alcançado o suficiente para viver confortavelmente. Não havia nenhuma razão óbvia pela qual alguém trocava seus móveis, casacos e louças simplesmente por estarem velhos. Esse problema foi resolvido, em ampla medida, por influência de Edward Bernays [...]. Adepto da ideia freudiana de que pessoas são feixes de emoções, paixões e desejos, Bernays sustentava que a real motivação de seus atos não era racional, mas de satisfação de desejos profundamente enraizados. Ele entendeu que empresas norte-americanas precisavam mudar o modo como as pessoas pensavam em suas compras, isso é, substituir a ideia de atender necessidades racionais pela vontade de satisfazer desejos. Assim nasceu na década de 1920, o consumismo (OSBORNE, pág. 454).

Esse aspecto do capitalismo faz parte de uma das ideias mais influentes na expansão do mercado nos mais variados ambientes da vida do cidadão americano e posteriormente do mundo inteiro. Essas estratégias de vendas se tornariam cada vez mais utilizadas na perpetuação de um estilo de vida e de raciocínio capitalista na vinculação de materialização das emoções humanas. A modernidade global ganhava um marco a respeito do consumo e economia.

4.6 Modernidade Tardia e Pós-Modernidade.

O que aparece num nível como o último modismo, promoção publicitária e espetáculo vazio é parte de uma lenta transformação cultural emergente nas sociedades ocidentais, uma mudança de sensibilidade para a qual o termo “pós-moderno” é na verdade, ao menos por agora, totalmente adequado. A natureza e a profundidade dessa transformação são discutíveis, mas transformação ela é. Não quero ser entendido erroneamente como se afirmasse haver uma mudança global de paradigma nas ordens cultural, social e econômica; qualquer alegação dessa natureza seria um exagero. Mas, num importante sector da nossa cultura, há uma notável mutação na sensibilidade, nas práticas e nas formações discursivas que distingue um conjunto pós-moderno de pressupostos, experiências e proposições do de um período precedente. (HUYSSSENS, 1984, *apud* HARVEY, 2015)

⁴⁶ O discurso do presidente na década de 20 elucida o comportamento político frente ao consumo. Disponível em: <<http://memory.loc.gov:8081/ammem/coolhtml/coolpres.html>>. Acessado em 11 de jun 2017

Harvey (2014, p. 45) explora o pós-modernismo, a partir de declarações como a de Huysens, com cautela para tratar a respeito das mudanças que afetam a contemporaneidade. O conceito é extremamente amplo ao ponto de que várias delas possuem diferentes direcionamentos na interpretação do termo.

Ela pode indicar período de uma sociedade global que surge depois da Segunda Guerra Mundial, mas o termo “pós-moderno” é ocasionalmente reconhecido como impreciso por alguns teóricos do tema, pois é bastante vago e incompleto. Bauman (2001) prefere o termo “modernidade líquida”, ou até “modernidade tardia”, pois leva em conta as diversas características modernas ainda presentes na sociedade global. Dessa forma é importante estabelecer que o termo “pós-modernidade” a ser utilizado nesse trecho do trabalho remete a situação contemporânea da história humana, mas não proclama os tempos atuais como posterior a modernidade, pelo fato que o projeto emancipatório humano de narrativa progressista econômica ainda é aspecto central da sociedade.

Bauman (2016) faz uma declaração que se torna importante nesse debate, o momento contemporâneo pode ser classificado em “nem um e nem o outro”, é na realidade um momento de transição de uma Era, ficando para os acadêmicos futuros analisarem os arcos históricos com maior precisão.

Isto posto, o pensamento pós-moderno tem suas características fundamentais centradas em diversos pontos. Harvey coloca a arquitetura do pós-guerra em pauta para a formulação do conceito, mas a influência do movimento como um todo também encontra sua base na concepção da ciência do início do século XX, principalmente no que tange aos trabalhos de Einstein sobre a relativização dos fenômenos do universo e das elaborações teóricas da física quântica, que desafiam toda a lógica normativa da ciência moderna.

A crítica de Heidegger (2002) sobre o pensamento moderno destaca o tom utilitarista desses pensadores, e é um dos pensadores que destrincha a lógica do pensamento cartesiano dualista, evidenciando que existe três aspectos de análise na relação entre homem/natureza: o da realidade, do ente e do ser. Essa definição destaca que a forma como o ser humano compreende o mundo está elencada sobre os arranjos sociais, culturais e ideológicos, mas que a realidade definitiva da existência fica fora da compreensão humana devido as limitações das narrativas construídas e de seus sentidos biológicos (BATISTELA & BONETI, 2008).

Outros autores como Foucault (1926-1984) e Derrida (1930-2004), partem dessa análise para criticar o mundo moderno e as suas instituições, que são retratadas como organismos para alienação e poder dentro de uma cadeia histórica e ideológica.

O pensamento pós-moderno se estende para os mais diversos contextos filosóficos, históricos, sociais, acadêmicos e culturais. A teoria das relações internacionais inclusive é influenciada nesses termos com o desenvolvimento dos trabalhos a exemplo das teorias crítica (COX, 1986), construtivista (WENDT, 1993) e feminista (SYLVESTER, 1999). Mas no que tange a prática desse pensamento na sociedade pode ser estabelecida nos movimentos sociais periféricos como os direitos civis das minorias.

A Escola de Frankfurt, especialmente a partir das contribuições de Habermas e dos teóricos críticos, estabelecem a ligação do iluminismo numa visão distorcida da experiência humana em relação aos valores da sociedade de emancipação humana. Edgar Morin (2003) coloca a complexidade das relações humanas para além do positivismo e coloca a interdisciplinaridade acadêmica para a constituição de um saber mais completo sobre as dinâmicas sociais do mundo globalizado. Yunus (2008) critica o pensamento capitalista na sua versão de maximização de lucro e postula sobre um tipo de empreendedorismo social que o principal objetivo deve ser o impacto positivo nas sociedades. É importante ressaltar que essas linhas de pensamento ainda possuem características modernas de progresso humano, embora sobre outros termos⁴⁷.

No aspecto cultural, o movimento *hippie* da década de 1960, que é consequência de uma maior e mais rápida propagação de informação entre variadas culturas da sociedade global, como a popularização do *rock*, um estilo musical com características do *blues*, em compasso com influências da cultura oriental, do misticismo religioso à filosofia, criam novos meios de arte, música e estilo de vida, rompendo com várias características da tradição cultural das altas e médias classes, expandindo o escopo da cultura social (HOBSBAWM, 1995).

Em decorrência desses eventos, o festival de Woodstock em 1969 foi um marco na sociedade americana e influenciou culturas a se confluírem em novas produções criativas que surgiram desde então. A globalização havia conectado o mundo de tal maneira que comunidades contracultura de diversos países se encontravam em locais remotos do mundo, como em Goa, no litoral oeste da Índia, em festivais psicodélicos que deram forma a uma tribo cultural global no final da década de 1970 (GRAHAM, 2012).

Quando os produtores audiovisuais ficaram desvinculados do Código de Produtores de Hollywood (1934-66), realizações de entretenimento em vídeo não possuíam valores

⁴⁷ Essa característica também é conhecida por ser crítica a modernidade utilizando de narrativas modernas. Turner (2011) em seu manifesto “metamoderno”, colocando em termos esse aspecto do uso do criticismo e ceticismo numa narrativa moderna de progresso. Disponível em: < <http://www.metamodernism.org/>> Acessado em 12 de jun 2017.

tradicionais a serem seguidos em norma (HOBSBAWM, 1995, p. 324). O que David F. Wallace (1993) explica é que a cultura americana, a partir da segunda metade do século XX, aplica o pensamento pós-moderno dentro dos mais variados contextos e as implicações na sociedade, característica essa que também foi transmitida para o resto da modernidade global, especialmente através da televisão e do cinema. As relativizações das narrativas modernas abriram espaço para a ironia, cinismo, irreverência e subjetivismo maçante na cultura⁴⁸.

O advento do pensamento pós-moderno não necessariamente significa um posicionamento geral da sociedade global para esses termos. É uma característica que cresce e se estabelece nos meios de comunicação de massa e possuem uma determinada influência na comunidade, que age ou reage a ela. O enfraquecimento das grandes narrativas modernas, ligadas as tradições de valores ideológicos da cultura ocidental, afetam o indivíduo na corroboração de uma irreverência, niilismo e autorreferência.

O fundamentalismo é fruto decorrente dessas mudanças, e procura reafirmar seus valores de maneira obstinada. O progresso e prosperidade nos preceitos da modernidade, são questionados ou até desacreditados, se tornam relativos dentro dos conceitos subjetivos do indivíduo em relação com o coletivo (HALL, 2015). O individualismo apresenta sua característica mais exacerbante nas sociedades o que ocorre em divergências entre vários movimentos. O que Bauman, em seu livro *Modernidade Líquida* (2001), apresenta um caráter de liquidez da modernidade contemporânea, a sociedade fica incapaz de solidificar novos paradigmas num mundo globalizado cada vez mais individualista e mutável.

4.7 Ideologia e Identidade na Pós-Modernidade

Desde o fim da Guerra Fria o aspecto liberal do capitalismo é hegemônico no mundo, os Estados possuem apenas direcionamentos que se adequam as suas políticas⁴⁹. A China, por exemplo, possui relações dinâmicas com as economias do mundo, porém ainda possui um sistema autoritário político socialista. O que se confere na contemporaneidade é um debate tão

⁴⁸ Dentro desse espectro de entretenimento com conteúdo pós-moderno, se destaca para produções como “Os Simpsons”, que a mais de 20 anos exibem um desenho onde o objetivo principal de sua crítica é a própria família e cultura americana.

⁴⁹ Buzan e Lawson (p. 282-283) colocam que na contemporaneidade existem quatro aspectos que podem ser caracterizados os tipos de governança do capitalismo. Democracia liberal, socialdemocracia, capitalismo competitivo autoritário e capitalismo de Estado burocrático. Nos espectros mais extremos ficam as utopias de mercado livre e governança não capitalista, onde ambas não são explicitadas no sistema internacional. Os autores também destacam que existem uma possibilidade híbrida, como a Rússia, que possui característica de Estado burocrático e autoritarismo competitivo.

mais amplo que é difícil classificar dentro dos aspectos do entre guerras na década de 1930 de disputa ideológica ou da Guerra Fria, pois apesar de não ocorrerem conflitos globais entre ideologias, dentro das relações domésticas dos Estados existem divergências de agendas políticas, com um intenso caráter global de influência.

No livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2015, p. 52-53), explica que as dinâmicas do mundo globalizado possuem um efeito de deslocamento sobre as identidades na pós-modernidade, remetendo a três instâncias: *i) volta as raízes ii) assimilação iii) hibridismo*. Enquanto a globalização possuía seu caráter de balança de poder majoritariamente ocidente-global (1945-2008), em compasso com os eventos históricos dos impactos do imperialismo do período anterior, os movimentos contra globalização por sua característica secular se encontravam de maneira mais comum nas regiões periféricas do mundo.

No oriente médio, desde a revolução iraniana em 1979, grupos radicais islâmicos da região já expressavam a volta as raízes da identidade local em resposta a ocidentalização, onde o intervencionismo na região pelo ocidente é comum desde o século XIX, que se intensifica com o fim do Império Otomano em 1918.

O contexto de Guerra Fria causou um estresse numa região relativamente remota no oriente-médio e centro asiático, e no atual contexto de globalização os movimentos fundamentalistas islâmicos aumentam sua influência internacional, motivados pelas consequências de políticas malsucedidas das potências globais de “modernizar” a região do oriente-médio, dessa maneira a tentativa de assimilação das culturas para ocidentalização ocorre em possíveis resistências.

O hibridismo se torna comum em centros cosmopolitas, combinando diferentes culturas e ideias que proporcionam em novas abordagens políticas, como a socialdemocracia que pretende unir na sua agenda o quesito de bem-estar social, e novas percepções de identidade social e individual.

Do outro lado, percebe-se movimentos conservadores que pretendem continuar com as agendas ideológicas modernas, quase sempre acompanhado com um discurso nacionalista e antiglobalização. A observação dos movimentos contra globalização possui um longo percurso na sociedade global, mas o que era antes pequenos movimentos nos países do centro e dos Estados periféricos, atualmente, com o cenário de estagnação econômica, se agravam e afetam inclusive a política internacional.

O movimento *alt-right*, que tomou forma nas eleições americanas de 2016, possui uma envergadura de movimento de proporções globais, o que acaba se tornando num paradoxo, pois advoga por um movimento nacionalista local que é influenciado fortemente pelo que ocorre ao redor do mundo⁵⁰.

Esse fenômeno de disputa entre identidades diferentes não é novo, mas sim o seu aspecto de difusão de ideias em um rápido fluxo e sobre múltiplas formas, manifestando-se majoritariamente nos meios cibernéticos de mídia, como nas redes sociais que possuem um alcance global. O caráter do pensamento pós-moderno e do seu discurso relativo possui consequências distintas nos diferentes movimentos sociais, seja conservador ou progressista. As ideologias nacionalistas, liberais, religiosas ou progressistas agem e reagem ao seu próprio ritmo dentro do aspecto pós-moderno, possuindo diversas manifestações. O liberalismo e o nacionalismo ainda são ideologias que compõem a estrutura contemporânea, partindo de ideias onde a liberdade civil deve ser mantida por suas instituições, mas características secundárias ficam cada vez mais distintas entre os grupos.

Tanto o liberalismo quanto o marxismo, em suas diferentes formas, davam a entender que o apego ao local e ao particular dariam gradualmente vez a valores e identidades mais universalistas e cosmopolitas ou internacionais; que o nacionalismo e a etnia eram formas arcaicas de apego – a espécie de coisa que seria “dissolvida pela força revolucionadora da modernidade. De acordo com essas “meta-narrativas” da modernidade, os apegos irracionais ao local e ao particular, à tradição e às raízes, aos mitos nacionais e às “comunidades imaginadas”, seriam gradualmente substituídos por identidades mais racionais e universalistas. Entretanto, a globalização não parece estar produzindo nem o triunfo do “global” nem a persistência, em sua velha forma nacionalista, do “do local”. Os desvios da globalização mostram-se, afinal, mais variados e mais contraditórios do que sugerem seus protagonistas ou seus oponentes (HALL, 2015, p. 56)

Esse aspecto de deslocamento da identidade que se forma na contemporaneidade possui as particularidades de cada sociedade no mundo, dentro de suas singularidades, mas desde o surgimento de movimentos neoconservadores na política europeia e norte-americana, aparenta que se produz um crescente descontentamento com os fluxos identitários e o caráter local/global na ideologia política aparece em cena de maneira cada vez mais participativa. A estagnação econômica e as dinâmicas da globalização acabam gerando um desconforto social e evidenciando a efervescência ideológica e a crise de identidade. A identidade social sobre um território, e especialmente a nacional, fica sobre questionamento num mundo globalizado e onde a cultura se torna cada vez mais diversificada e subjetiva.

⁵⁰ Informação disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk-news/2017/feb/11/how-britains-extremist-bloggers-helped-the-alt-right-go-global>> Acessado em 05 dez. 2017.

Outro ponto que tange as consequências do pós-modernismo na política, é o caráter de instrumentalização de sua narrativa. Em 2016 o termo “pós-verdade” entrou em pauta nas eleições presidenciais dos EUA, ela descreve o contexto no qual os grupos políticos utilizaram de uma simbologia própria para estabelecer a verdade em seus termos. Dessa maneira, o discurso político se torna tão autorreferente que discursos são construídos em prol de seus objetivos, mesmo se houverem provas claras que as desmistificam.

5. Capítulo 4 - As Dinâmicas Internacionais e as Transformações Contemporâneas.

As três partes da configuração que proporcionaram a transformação global (industrialização, formação racional do Estado e as ideologias de progresso) não somente geraram uma ordem global centro-periferia, mas também desestabilizou as relações entre grandes potências por expor a balança de poder para as pressões de constantes mudanças tecnológicas e sociais, com a consequência de criar dinâmicas de equilíbrio muito mais voláteis. Questões sobre a ascensão e queda dessas potências que atrelou – ou falhou em se atrelar-se – a modernidade se iniciou no século XIX. Essas dinâmicas continuam como principal característica das relações entre potências no mundo contemporâneo. (BUZAN e LAWSON, 2015, p. 4)

Buzan e Lawson (2015) explicam que um *sistema internacional completo* tomou forma no longo século XIX, devido as intensas dinâmicas entre as capacidades físicas e sociais do planeta, e que são relevantes para compreender as relações internacionais contemporâneas, mas não unicamente, como eles próprios afirmam. As dinâmicas que possibilitaram a transformação global são produtos de interações diversas ao longo do tempo, e que a partir da análise histórica, sociológica, política e econômica entrega uma ampla visão dos eventos construtivos da modernidade, trazendo consigo novas ideias a respeito do comportamento humano em suas relações materiais e simbólicas entre comunidades institucionalizadas.

Dentro da grande rede de interdependência entre as sociedades do mundo, sobre os aspectos político, econômico e social, contemporâneo e histórico, novos arranjos estão sendo estabelecidos que parecem alterar o modelo da industrialização, Estado-racional e ideologias de progresso. Dessa maneira é possível clarear o cenário de análise atual observando os pontos contemporâneos abordados nos capítulos anteriores.

A agenda contemporânea das relações internacionais se configura em um cenário de descentralização na balança de poder, da partilha de soberania do controle dos Estados, os efeitos da financeirização do capital, as consequências ambientais decorrentes do modo de vida humano moderno, além dos aspectos da crise migratória em regiões de turbulência política e econômica e a crise de identidade que afeta comunidades do mundo inteiro.

Existem limitações ao observar o período contemporâneo pelo fato de que as consequências do presente são imprecisas para o futuro, mas é importante abordá-los, com as devidas cautelas, para formar um quadro adequado dos comportamentos e dinâmicas que regem as relações internacionais.

Isto posto, será analisado agora as visões propostas no livro base desse trabalho, como também apresentar uma ampla visão sobre as dinâmicas das relações internacionais.

5.1 Transformação Global e o Fenômeno das Relações Internacionais.

Partindo de uma observação empírica a partir dos pontos discutidos até então, com base no livro *The Global Transformation* (2015) e a formulação de três bases analíticas das dinâmicas internacionais (material, institucional e simbólica), é possível extrair uma visão ampla sobre o sistema internacional, que possa providenciar fundamentos investigativos de como seres humanos interagem através de suas comunidades institucionalizadas e em suas relações materiais e simbólicas. Compreendendo como eles se relacionam, pode-se categorizar determinados padrões nas relações entre Estados, mas apenas sobre um ponto de vista do seu tempo, delimitando suas particularidades, pois são passíveis de mudança a medida que as dinâmicas que compõem as relações internacionais se alteram continuamente⁵¹.

As relações de poder no sistema internacional é um tema bastante central na disciplina das relações internacionais e segundo Buzan e Lawson (2015, p. 306) grande parte da literatura elaborada por teóricos (WALTZ, 1979; GILPIN, 1981; KEOHANE, 1984, *apud* BUZAN & LAWSON, 2015, p. 306) revelam a importância dos movimentos na balança de poder. Os teóricos clássicos da disciplina, principalmente os autores que partem de noções positivistas sobre o comportamento dos atores internacionais, observaram as relações entre Estados de maneira normativa e de uma estrutura imutável.

Como analisado durante os capítulos anteriores, as transformações que ocorreram no século XIX, decorreram a partir das capacidades materiais, institucionais e simbólicas da modernidade, alterando completamente a maneira como as comunidades institucionalizadas se relacionavam. Em *The Global Transformation* (2015) os autores ressaltam a importância de perceber além da distribuição de poder, observando o modelo pelo qual ele é adquirido. A transformação global no longo século XIX, se configurou nos comportamentos que cercam a industrialização, o Estado racional e as ideologias de progresso, e a partir dela, um modelo de poder tomou forma sobre à acumulação de capital, imperialismo e no mundo ideacional progressista. O modelo de poder muda com menos frequência e possui um maior impacto nas relações internacionais (*idem*, p. 307).

Neste momento uma análise teórica a respeito do fenômeno das relações internacionais será respaldada nas perspectivas apresentadas por Buzan e Lawson (2015), como também a partir das teorias⁵² que reforçam o argumento proposto no presente trabalho:

⁵¹ O método compreensivo de Max Weber.

⁵² Teoria da Complexidade (MORIN, 2003); Crítica (COX, 1986; HORKHEIMER, 1995; LINKLATER, 1990) e Construtivista (WENDT, 1994).

- a) *Industrialização e a dinâmica material*; considerando as características materiais como o comportamento da comunidade institucionalizada para fins de adquirir recursos de subsistência, assim como a conservação e expansão econômica social. No “longo século XIX” houveram significativos avanços que proporcionaram a manipulação de matriz energética e desenvolvimento tecnológico. Essa característica possibilitou uma maneira mais eficiente de produção como também alterou fundamentalmente nas esferas individuais e sociais, para um propósito de acumulação de capital. Novas tecnologias alteraram a percepção de tempo, encurtando a perspectiva humana do espaço. As produções de produtos industrializados se tornaram essenciais para uma sociedade de mercado que surgia, influenciando na esfera doméstica e internacional como ponto central para o crescimento econômico e disputas de poder;
- b) *O Estado-racional e a dinâmica institucional*; com o surgimento de comunidades humanas com populações cada vez maiores, ficou necessário a implementação de instituições que mantivessem a ordem social, desenvolvessem um aparato de segurança doméstica e nacional e também como regulador e administrador social, a partir da relação comunitária entre indivíduos (PARSONS, 1951). O aspecto que define as formas estatais pré-modernas⁵³, segundo Lênio Streck e José Morais (2006, 23-24), possuem um aspecto de conectividade entre características que variam de acordo com o tempo, localidade e circunstâncias particulares de uma comunidade⁵⁴, mas que essencialmente evidenciam uma formação institucional descaracterizada de parâmetros jurídicos e civis, na concepção de um Estado de Direito moderno. Na constituição do Estado moderno a burocracia, soberania territorial e legitimidade quanto ao monopólio do uso da força, respaldados sobre uma unidade de governança centralizadora, possibilitou uma espécie de formação racional do Estado (WEBER, 1982).
- c) *Ideologias de progresso e a dinâmica simbólica*; em paralelo com o ponto apresentado acima, a simbologia, no que se entende pelos mais diversos produtos do

⁵³ Os autores abordam as seguintes formas estatais pré-modernas: teocráticas; medieval; pólis grega; civitas romana; outras formas de organização estatais menos complexas (STRECK e MORAIS, p. 23).

⁵⁴ Essas circunstâncias levam em conta fatores sociais, burocráticos, jurídicos, segurança e etc...

imaginário humano na tentativa de aplicar categoricamente explicações a fenômenos que escapam sua compreensão racional (JUNG, 1964), serviu como artifício de seminal importância para a convivência entre indivíduos, e criação de uma identidade social coesa através de ordens imaginadas⁵⁵ (HARARI, 2015). A modernidade alterou decisivamente a simbologia metafísica, para construções de cunho racionalista, antropocêntrica e progressista. As perspectivas modernas de ideologia possibilitaram que um novo entendimento sobre a condição humana fosse postulado, alçada principalmente na emancipação humana através de sua razão e controle da relação homem/natureza.

As composições desses pontos se relacionam de maneira a fundamentar as particularidades do relacionamento entre povos distintos e o poder, na expansão e conservação de recursos materiais, de suas instituições e os símbolos que cercam o entendimento de uma comunidade humana. No “longo século XIX” um modelo de poder tomou forma, e sua aplicação determinou repercussões variadas, desde inovações tecnológicas aos elementos cognitivos individuais e sociais.

Considerando o fenômeno das relações internacionais a partir dessas premissas, possibilita compreender o contexto, as contribuições e os impactos na modelação do fenômeno e da história humana. Esse pensamento oferece mecanismos empíricos que permitem explorar mais a fundo como as relações internacionais se apresenta como objeto de estudo, necessitando passar sobre óticas da antropologia, sociologia e das variadas ciências humanas, para compreender o desenvolvimento das interações sociais da espécie, no contexto de modernidade global.

5.2 Tempo de Transformação.

[...] em vez de estarmos dando adeus à modernidade, nós ainda esperamos colher seus frutos de suas promessas, nos consolando que, dessa vez, eles realmente estarão logo ali na esquina, ou então na próxima. Os frutos prometidos são conforto, conveniência, segurança, alívio da dor e do sofrimento. Do começo até precisamente o dia de hoje, a modernidade diz respeito a forçar a natureza a servir com obediência as necessidades, ambições e desejos humanos – e ao modo como alcançar esse objetivo: mais produção e mais consumo. Nós todos, de alto a baixo da sociedade, tendemos a

⁵⁵ Toda cooperação humana em larga escala – seja um Estado moderno, uma igreja medieval, uma cidade antiga ou uma tribo arcaica – se baseia em mitos partilhados que só existem na imaginação coletiva das pessoas [...] Os Estados se baseiam em mitos nacionais partilhados. Dois sérvios que nunca se conheceram podem arriscar a vida para salvar um ao outro porque ambos acreditam na existência da nação sérvia, da terra natal sérvia e da bandeira sérvia” (HARARI, 2015, p. 36)

entrar em pânico sempre que o sacrossanto “crescimento econômico” (a única medida que fomos educados a usar para avaliar nível de prosperidade e de felicidade, tanto social quanto individual) cai a zero ou – Deus nos perdoe! – abaixo de zero. O fascínio pela bem-aventurança ascendente não é menos apaixonado hoje do que há cem anos ou mais, e ainda está em alta. (BAUMAN, 2016)

A modernidade é de fato uma época que separa por completo a maneira como seres humanos enxergam seu lugar no universo e a maneira como ele deve interagir com os fenômenos naturais. Como se por desejo divino os homens fossem destinados a alcançar o mais alto grau de controle sobre seu destino, progredindo ao longo dos séculos utilizando a ferramenta mais essencial de sua existência, a capacidade de cognitivamente moldar os recursos naturais a seu interesse, como também a possibilidade de criar um mundo simbólico racional que entregasse propósito existencial e progresso ao indivíduo e a seus similares comunitários.

Embora a busca humana por excelência e controle ainda seja mais antiga que a modernidade, relatando desde as primeiras grandes civilizações, o período da razão e do progresso é centralmente desenhado por seu intelecto categórico. O grave problema é que, mesmo com as capacidades contemporâneas de recursos materiais abundantes entre as nações do mundo, existe uma fragmentação do relacionamento individual, comunitário e internacional, apresentado pela maneira como as questões materiais são distribuídas e acessadas.

Como colocado por Bauman no trecho acima, a modernidade, como momento histórico humano de emancipação, não se desintegra, mas é acelerada diante as contribuições formadas ao longo do século XX. Desde a crise de 2008, os efeitos que desestabilizaram centros financeiros e governos do mundo inteiro, colocou as instituições num posicionamento delicado, evidenciando o desequilíbrio entre as dinâmicas modernas.

5.3 As Dinâmicas Contemporâneas das Relações Internacionais

Neste momento, será apresentado os aspectos das dinâmicas materiais, institucionais e simbólicas apresentadas no mundo contemporâneo, a fim de apresentar a atual composição da modernidade global:

- a) *uma nova etapa do capitalismo, com sua livre movimentação de capitais financeiros e a tecnologia digital;* A capacidade de interação material cresceu exponencialmente desde o século XIX, com viabilidade de alcance para além do ambiente terrestre, vide a corrida espacial na guerra fria, assim como a facilidade na comunicação devido as tecnologias digitais. A informação, no contexto contemporâneo, se torna

não apenas uma possibilidade acessível em poucos segundos, mas também em ativo comercial de alto valor utilizado por corporações. A industrialização de caráter fordista vem, desde a década de 1970, deixando de ser um dos componentes centrais do desenvolvimento nacional, e atualmente a corrida mercadológica se apresenta com variadas propriedades, como na participação dos mercados financeiros e na constituição de empresas de sistemas de informação e computacionais (ARRIGHI & SILVER, 2001; POLANYI, 2012; FREY & OSBORNE, 2013).

- b) *separação do poder e política das mãos do Estado*; A ascensão dos organismos internacionais, dos aparatos jurídicos de alcance global, das corporações multinacionais e dos grupos terroristas independentes, relativizou a soberania do Estado moderno nas tomadas de decisão. A sociedade civil global também se tornou aspecto importante nas relações internacionais e sua agenda, engajando em críticas no posicionamento das políticas sociais, econômicas e ambientais (BAUMAN & BORDONI, 2016).
- c) *advento da “crise de identidade” na pós-modernidade*; na modernidade tardia as ideologias progressistas, as identidades e seus componentes simbólicos encontraram um espaço fluído, onde as composições de suas narrativas são recorrentemente relativizadas, o que faz surgir um aspecto de reação fundamentalista ou hibridismo entre elas. O aspecto nacional vem integrando cada vez mais novos elementos que aparentam descaracterizar a unidade nacional (HALL, 2015).

Quais as repercussões que esses novos elementos causaram na relação entre nações e domesticamente? Como as comunidades vem se comportando a esses novos comportamentos? Para responder a esses questionamentos, que fazem parte da questão central da pesquisa realizada neste trabalho, deve-se não somente investigar a interação entres esses pontos como também as proposições das dinâmicas modernas em sua relação.

A tecnologia, e seu desempenho na acumulação de capital, proporcionou contínuos avanços no quesito de produção e intensidade na movimentação de produtos no globo a partir da revolução industrial. Parte central da sociedade moderna gira em torno do consumo e desenvolvimento de mercadorias cada mais sofisticadas para chamar atenção no mercado.

Para que fosse possível o surgimento das superpotências no “longo século XIX”, foi essencial a capacidade de produzirem domesticamente e exportarem para mercados estrangeiros, mas o que ocorre na contemporaneidade é um tanto diferente ao modelo moderno para captação de recursos econômicos. A partir da luta das classes trabalhadoras em países altamente industrializados e a garantia de direitos trabalhistas, em compasso com as políticas neoliberais, desencadeou num deslocamento de parques fabris para regiões no mundo onde a mão de obra fosse mais barata e desprovida de direitos trabalhistas e ambientais, podendo assim manter o desempenho produtivo e o lucro de corporações (ARRIGHI & SILVER, 1999, p 20-21).

Uma maior manifestação do poder para o setor privado afetou de tal maneira a sociedade global que alterou a maneira como os consumidores interagem com propagandas, crédito e a perspectiva individual estética, em proporções de escala internacional, que acarretou em consequências na alteração de comportamento social, assim como no desenvolvimento econômico desregulado, que permanece sobre flutuações entre crises e progresso cada vez mais recorrentes. Essa nova fase do modelo econômico implicou na expansão de poder das instituições privadas para além das capacidades do Estado, entrando em conflito com os interesses dos cidadãos e da preservação democrática (TILLY, 1995; BAUMAN & BORDONI, 2015).

A ineficiência do Estado em providenciar as promessas modernas de progresso e prosperidade, junto a chegada de povos de culturas distantes, relativizou a identidade nacional e proporcionou que o movimento *alt-right* ganhasse espaço no debate político americano e em partes da Europa, no entanto, esse movimento encontra conflitos nas comunidades onde se localiza, transformando a coesão nacional debilitada, pois do outro lado desse espectro político, estão os que acreditam no caráter da integração global e do contínuo desempenho da cooperação internacional.

O projeto moderno ainda é uma aspiração das comunidades do mundo contemporâneo, e os mais diversos movimentos populares reivindicam mudanças, mas nenhuma com uma saída unificada. O acirramento entre as ideologias atuais se assemelha a uma polarização direita e esquerda, de caráter conservador-nacionalista e progressista global, onde em cada região existe suas particularidades políticas, sociais e históricas, na esperança da retomada do progresso e de suas promessas emancipatórias.

Para o povo, a principal preocupação é a grave crise do desemprego. Nas atuais circunstâncias, esse problema crítico só poderia ser superado por um significativo estímulo governamental, muito além do que Obama iniciou em 2009, e que mal se equiparou à queda dos gastos estaduais e municipais, embora mesmo assim tenha

salvado milhões de empregos. Para as instituições financeiras, a principal preocupação é o déficit. Portanto, somente o déficit está em discussão. A grande maioria da população (72%) é favorável a uma política de enfrentamento do déficit por meio da taxação dos muito ricos. Os cortes nos programas de saúde enfrentam a oposição da esmagadora maioria (69% no caso do Medicaid, 78% para o Medicare). O resultado provável é, portanto, o oposto. (CHOMSKY, 2016, p. 82)

A perda de soberania estatal, e a situação desfavorável dos EUA em permanecerem como poder hegemônico global, viabilizou que novas estratégias fossem formuladas na possibilidade de contornar a situação e “tornar os EUA excelentes novamente”. Em primeiro ponto é que, desde a eleição do 45º Presidente, Donald J. Trump, a tática americana é acima de tudo, viabilizar seu projeto de autonomia e sustentar o que resta de seu poder no âmbito internacional, mesmo que isto custe a integridade do planeta. O posicionamento do presidente de sair dos acordos firmados em Paris em 2016, tem dois objetivos claros, tornar o país autossuficiente em matriz energética e consolidar os interesses com as corporações desse segmento (CHOMSKY, 2016, p. 94-95).

O Estado, embora seja protagonista principal, não é o único ator relevante nas dinâmicas do sistema internacional, pois o poder se torna cada vez mais difuso nas relações internacionais, tanto na sua distribuição na balança de poder como também na maneira como ele é manifestado por instituições.

Os conflitos de interesses entre os atores internacionais contemporâneos desencadearam em posicionamentos que contrariam a ideia de contínua cooperação multilateral. A integração regional entre economias, em especial na mais bem-sucedida delas, a União Europeia. A recente saída do Reino Unido (2016), e o crescimento de movimentos politizados na Europa e EUA⁵⁶, refletem o impasse contemporâneo da modernidade global, onde partidos se promovem na promessa de solucionar problemas contemporâneos citados ao longo dos três capítulos. São promessas que não só procuram solucionar desafios de insegurança econômica, mas também do relativismo moral, político e ideológico.

As manifestações sociais contemporâneas, como *Occupy Wall Street* (2011) e a Primavera Árabe (2010-2012), partem de inconformidade com as políticas aplicadas por agentes governamentais e financeiros, onde a sociedade, por meio da comunicação em rede, conseguiu organizar manifestações para demonstrar sua insatisfação e motivação em exigir mudanças institucionais (CASTELLS, 2013).

⁵⁶ Conservador e Progressista

A característica relativista a respeito do progresso da sociedade global moderna, entra em conflito num mundo onde os interesses dos diversos atores internacionais competem para satisfazer seus objetivos.

No terceiro capítulo, como foi observado por Hall (2015), as identidades na pós-modernidade reagem sobre diferentes maneiras ao fenômeno da globalização. Os dois séculos desde a transformação global impactaram as sociedades periféricas na lógica nacionalista e do capitalismo na necessidade de modernização e numa alteração substancial nos seus estilos de vida. A situação nos países do Oriente-médio ainda é bastante turbulenta devido as tentativas de secularização que as potências hegemônicas globais exerceram sobre essas sociedades, desde o século XIX até o momento presente, onde países como a Síria e Afeganistão possuem guerras civis que lutam com as armas que seus patrocinadores forneceram nas décadas da Guerra Fria.

Como foi observado no segundo capítulo, o sistema pós-westfaliano nas relações internacionais, possui grandes impactos na sua soberania, dessa forma deve ser levado em conta a atuação de atores não estatais que agem nas relações internacionais com cada vez mais relevância, como as organizações internacionais, corporações e organizações terroristas.

A sociedade internacional moderna, com o reconhecimento dos novos atores internacionais e com o surgimento dos fenômenos da interdependência e da globalização do mundo, entrou em declínio, surgindo em seu lugar a sociedade internacional contemporânea (BEDIN, 2001, p. 23).

6. Conclusão

Através da produção deste trabalho, e utilizando a fundamentação teórica já mencionada, há um aspecto essencial de compreensão que consegue ser extraído a partir dessa observação sobre as Relações Internacionais.

A complexa interação entre as dinâmicas materiais, institucionais e simbólicas, é uma rede onde as mais diversas repercussões possuem efeitos nas relações humanas, em contexto direto e indireto, contemporâneo e histórico. As relações internacionais é um fenômeno em mudança, que as teorias da modernidade, propostas na disciplina, somente conseguiam interpretar a partir de bases “científicas” autorreferentes e indutivas.

O método indutivo encontrado nas teorias positivistas, não alcançam a totalidade do fenômeno internacional, perdendo de vista os efeitos das dinâmicas apresentadas. A partir dessas considerações, deve observar as teorias como conjecturas de um tempo e suas particularidades, como apresenta Karl Popper (1975; 1978; 1982).

Assim como Buzan e Lawson (2015), Adam Watson (1992), Karl Polanyi (1994), Bauman (2001; 2016) e outros acadêmicos que priorizaram a investigação empírica dos eventos históricos, utilizaram de um método esclarecedor para abordar a respeito da constituição das características modernas e suas consequências na contemporaneidade.

Se a estrutura internacional é moldada a partir das interações entre as comunidades humanas institucionalizadas e seus componentes materiais e simbólicos, o estudo por essa abordagem proporciona uma melhor compreensão histórica entre o relacionamento de diferentes etnias, religiões, filosofias e ideologias, como também das características territoriais entre comunidades distintas. Como a mutabilidade no sistema internacional é um atributo recorrente das relações internacionais, fica a necessidade de observar a interação entre os agentes do protagonismo institucional para registrar os comportamentos dinâmicos.

Em diferentes períodos históricos, o poder se manifestou na capacidade de um agente transformar e utilizar os recursos materiais e simbólicos para servir os fins de seu interesse, mas a percepção do que representa os recursos de poder e como ele se manifesta, foram alterados ao longo do tempo. Essa perspectiva possibilita também analisar o poder como aspecto comportamental causal e temporal⁵⁷ das Relações Internacionais, pois, se o modelo pelo qual

⁵⁷ Essa interpretação permite também considerar outros conceitos de uso comum na disciplina, como a anarquia internacional.

ele é adquirido se transforma periodicamente na história, também é ressignificado os conceitos aplicados ao comportamento, logo não sendo uma forma normativa, sólida e imutável.

Analisando a história humana a partir das primeiras evidências de ordenamento social organizado institucionalmente com propósitos compartilhados e o relacionamento entre essas comunidades nas características materiais e simbólicas, percebe-se uma série de transformações para que o comportamento humano se adaptasse a vida na civilização. As características psicológicas dessa adaptação, implicaram uma série de novas características sociais e individuais (HARARI, 2015).

A convivência de grandes números de humanos em uma comunidade implicou no surgimento de estruturas simbólicas com características institucionais hierárquicas mais complexas, que possibilitou a eficiência estrutural de uma sociedade⁵⁸. Essa é uma das primeiras características pelo qual o poder conseguiu se manifestar de maneira institucionalizada por civilizações humanas. Desde então, características fundamentais das relações internacionais, como corpo diplomático e tratados internacionais, foram desenvolvidos para que fosse possível o melhor relacionamento entre elas, diminuindo incertezas. Mas da mesma forma que criavam artifícios políticos para garantir a ordem, também foi constantemente aprimorado os recursos estratégicos de defesa e segurança da civilização.

Cada período histórico oferece uma gama de ferramentas analíticas que se interconectam para além do seu momento pontual, desencadeando em consequências decisivas a serem investigadas na disciplina, abrindo uma ampla visão a respeito da composição e resolução da agenda internacional contemporânea.

Se torna importante as contribuições de Nobert Elias (1993), com sua teoria do processo civilizador, que destaca o fenômeno civilizatório não como uma prerrogativa deliberadamente planejada, mas um aspecto da racionalidade humana que, mesmo de uma forma inconsciente, segue um fluxo para o melhor ordenamento da sociedade de acordo com as dinâmicas presentes num determinado tempo, não necessariamente seguindo uma forma linear de progressão, como respalda a dialética hegeliana.

Outra abordagem relevante para contribuir a respeito do sistema internacional e suas dinâmicas, é a proposta por Brighi e Cerella (2015), que também estuda no campo de compreensão do comportamento de comunidades institucionalizadas, sobre as características da teoria mimética de René Girard (1961), onde os comportamentos de agentes internacionais

⁵⁸ Este ponto de vista também é tratado por Yuval Harari (2015), que analisa as repercussões das mudanças no trabalho, cultura e simbologia que surgiu durante a revolução agrícola.

são um reflexo da imitação e adaptação evolutiva, em aspectos de resolução de conflitos, segurança e vontade dos agentes internacionais (BRIGHI & CERELLA, 2015).

7. Considerações Finais.

The oldest and strongest emotion of mankind is fear, and the oldest and strongest kind of fear is fear of the unknown” (LOVECRAFT, 1918)

H. P. Lovecraft (1890-1937) é um dos autores literários da modernidade que mais tratou a respeito do medo e suas implicações no indivíduo e na sociedade. Sua maneira de abordar a emoção humana em relação aos temores da existência, influenciou diversas outras obras do gênero do horror e da ficção científica. O autor apresentou uma perspectiva do terror em sua face mais assombrosa, a partir da insignificância do ser humano quanto a grandeza do universo e dos mistérios que reside nele.

No contexto de “pós-modernidade”, o medo do desconhecido, daquilo que não se pode categorizar e controlar, desencadeia no indivíduo um mal-estar por não conseguir determinar seu destino. No presente cenário de incertezas contemporâneas, o desconhecido muitas vezes é apresentado como o futuro incerto da humanidade, quase sempre retratado como uma consequência de suas próprias ações.

Essa maneira de abordar os temores psicológicos, se manifesta repetidamente em obras literárias e cinematográficas no século XX ao XXI, e mesmo com a capacidade tecnológica cada vez mais abrangente, o sentimento distópico autoinflingido da humanidade parece chamar atenção de uma larga parcela do público moderno mundial⁵⁹.

As grandes obras do gênero de ficção-científica distópica, como *1984*, *Admirável Novo Mundo* e *Fahrenheit 451*, exploram sobre um futuro “possível”, onde é exacerbada as dinâmicas reais, na tentativa de alertar sobre um rumo pessimista para humanidade.

Através de produções culturais e as observações que elas proporcionam, pode-se analisar os anseios, angústias e perspectivas da sociedade global, sendo um excelente meio para adquirir instrumentos de análise da perspectiva humana contemporânea.

“Em um filme, qualquer que seja seu projeto, a sociedade não é propriamente mostrada, é encenada. Em outras palavras, o filme opera escolhas, organiza elementos entre si, decupa no real e no imaginário, constrói um mundo possível que mantém relações complexas com o mundo real: pode ser em parte seu reflexo, mas também sua recusa” (VANOYE & GOLIOT-LÉTÉ, 1994, p. 54)

O paradoxo da modernidade, no qual os seres humanos aumentam sua compreensão da natureza e, ao mesmo tempo, perdem a essência do real (BATISTELA & BONETI, 2008, p.

⁵⁹ As grandes bilheterias das últimas décadas, como *Matrix*, assim como o sucesso literário do livro juvenil *Jogos Vorazes*, renderam mais de 1 Bilhão de dólares. Disponível em: < <http://www.boxofficemojo.com/>> Acessado em 05 dez. 2017.

1102), é uma abordagem na qual duas obras exploram com excelência, *Blade Runner*⁶⁰ (1982; 2017) e a mais recente trilogia da saga *Planeta dos Macacos*⁶¹ (2011; 2014; 2017). Ambas as obras exploram mundos distintos, mas são essencialmente provocados pelas mesmas dinâmicas, desde a tecnologia, e sua aplicação nos indivíduos e na sociedade, à identidade, subjetiva e social.

Em *Blade Runner* (2017) o espectador consegue vislumbrar um mundo dominado pela tecnologia e pelas comodidades de sua aplicação, mas ao mesmo tempo, se encontra submisso a ela de tal maneira que o planeta se encontra num cenário de devastação ambiental e uma desordenada concentração cosmopolita. A narrativa do filme explora um conflito entre a força policial especializada em “apagar” *replicantes* independentes, uma espécie de seres criados com tecnologia de bioengenharia avançada para servir a humanidade.

Já em *Planeta dos Macacos*⁶² (2011; 2014; 2017), a tecnologia proporciona em outro tipo de devastação, onde é a própria humanidade que se encontra a beira da extinção. A busca incessante do homem pela manipulação de sua biologia, na tentativa de desenvolver a cura do Alzheimer, desencadeou em duas consequências, uma epidemia avassaladora, que dizimou uma larga parcela do *homo sapiens*, mas que ao mesmo tempo, proporcionou no ganho de atributos cognitivos a outros tipos de símios.

Qual é o ponto que intersecta os dois filmes e que apresenta uma característica em comum com a psicologia humana? Ambos trazem uma narrativa onde seres que adquiriram a consciência através da tecnologia humana, lutam para se afirmarem como seres independentes e livres para desfrutar de sua condição de consciência, mas há um conflito implícito, seus criadores, o homem, utilizam de seus recursos materiais para aniquilarem a nova espécie inteligente que acaba de surgir, para manter sua posição privilegiada intacta.

O que é mais interessante está no aspecto que, independentemente dos recursos materiais que aqueles cenários futuristas apresentaram⁶³, o conflito pela identidade, pelo medo de perder a característica humana de excepcionalíssimo existencial no mundo, paralelo ao desconhecimento das intenções daqueles novos seres, desencadeou na busca e perseguição quase que fanática dos homens.

⁶⁰ Filme concebido e dirigido por Ridley Scott em 1982, foi pioneiro num estilo de obra futurista com uma visão de futuro tecnológico distópico da humanidade, em paralelo com filosofia existencial.

⁶¹ Inspirado nos livros do autor francês Pierre Boulle, *La Planète des Singes* (1963).

⁶² Uma análise filosófica do último filme da trilogia, *Planeta dos Macacos: A Guerra*, pode ser encontrado em: <<https://relevantmagazine.com/article/the-exodus-philosophy-and-war-for-the-planet-of-the-apes/>> Acessado em: 05 dez. 2017

⁶³ Um futuro de abundância tecnológica e material (BLADE RUNNER), mas submissa a ela, assim como deteriorada ambientalmente, e outro de escassez e de incertezas (PdM).

Ao espectador, é apresentado uma visão a partir dos perseguidos, pela narrativa construída em encenar a natureza genuína de criatividade, a vida entre seus semelhantes à sua própria maneira livre e espontânea. Mesmo em trechos onde essas novas espécies agridem violentamente aos seres humanos, o público é levado a compreender suas motivações, que nada mais são que reflexo dos comportamentos humanos.

A conclusão que se obtém na análise entre essas duas obras é esta, existe um medo e angústia que é decorrente do paradoxo da modernidade, pois mesmo com os contínuos avanços tecnológicos, a humanidade teme em perder sua excepcionalidade racional, pois percebe que por maior que seja os avanços de sua espécie, ainda não consegue explicar e resolver os questionamentos mais fortes de sua existência. Existe uma angústia em ser apenas mais uma unidade de consciência entre outras, violando de seu “direito divino” de existir e progredir, que motiva o homem moderno no caminho de seu progresso e emancipação.

A desconhecida ameaça abordada nas obras de Lovecraft, muitas vezes vinha de temores de seres hostis que chegavam do vasto cosmos, e que seu encontro com os homens só poderia significar em destruição e aniquilação⁶⁴. Esse mesmo sentimento de medo assombra o característico indivíduo “moderno”, mas a ameaça não surge de lugares distantes do universo, mas sim das consequências que as diferentes comunidades humanas criaram para si, especialmente num panorama de crise institucional, de distúrbio em sua identidade ideológica e de medo na perda do seu conforto material. Por isso luta para resistir a desconhecida mudança que vem moldando o mundo.

Uma síntese para o paradoxo da modernidade é proposta na cena final de ambos os filmes. A despeito dos eventos conflituosos do passado, das incertezas que assombraram a psique dos replicantes, assim como a dos símios cognitivamente complexos, os personagens principais nos deixam um poderoso ensinamento.

As memórias, a unidade de informação que é mantida armazenada em seres cognitivamente complexos, são apenas uma configuração, ela não os define, elas são apenas um produto de uma racionalidade categórica, mas que não conseguem capturar a essência de suas experiências existenciais, o entendimento dessa perspectiva é o que liberta os protagonistas do aprisionamento do seu medo.

⁶⁴ No filme *The Thing* (1982) demonstra de maneira detalhada o estilo de terror cósmico de Lovecraft.

Referências Bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro:UFRJ, 2001.

AVENT, Ryan. *The productivity paradox*. Medium, 2016. Disponível em: <https://medium.com/@ryanavent_93844/the-productivity-paradox-aaf05e5e4aad> Acessado em 11 de jun. 2017

BARRAL, Welber. **Solução de Controvérsias na Organização Mundial do Comércio**. Funag, 2007.

BATISTELA, Everton Marcos; BONETI, Lindomar. **A Relação Homem/Natureza no pensamento moderno**. PUCPR, p. 1099-1116, 2008.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlos. **Estado de Crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BEDIN, Gilmar. **A sociedade internacional e o século XXI: em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária**. Ijuí: Unijuí, 2001

BELLUZZO, Luiz G. de Mello. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados**. Economia e Sociedade, Campinas, n.4, p.11-20, 1995.

BRIGHI, Elisabetta; CERELLA, Antonio. *An alternative vision of politics and violence: Introducing mimetic theory in international studies*. Sage Journal of International Political Theory, 2015. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1755088214555455>> Acessado em 05 dez. 2017

BUZAN, Barry; LAWSON, George. **The Global Transformation**. Cambridge Press, 2015.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?** São Paulo: Planeta, 2017.

COX, R.W. *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*. Nova York: Columbia University Press, 1986, p. 204-254.

CORREA, Marcio Lopes. **Prática Comentada da Cooperação Internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia**. Brasília, DF: Edição do Autor, 2010.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador v2.: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

EICHEGREEN, Barry. **A Globalização do Capital. Uma História do Sistema Monetário Internacional**. São Paulo, 2000

FIORI, José Luiz. **Globalização, hegemonia e império, em M.C. Tavares E J.L. Fiori, Poder e dinheiro**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREY, Carl; OSBORNE, Michael. *The Future Of Employment: How Susceptible Are Jobs To Computerisation?*. Oxford Martin, 2013. Disponível em: < http://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/The_Future_of_Employment.pdf > Acessado em 11 de jun. 2017.

FONSECA JR, Gelson. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. rev. ampl. Brasília: FUNAG, 2013

GIRARD, René. **Mentira Romântica e Verdade Romanesca**. São Paulo: É Realização, 2009.

GORDON, Robert. *Is U.S. Economic Growth Over? Faltering Innovation Confronts The Six Headwinds*. National Bureau of Economic Research, 2012. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w18315.pdf>> Acessado em 11 de jun. 2017.

GRAHAM, John. *Global Tribe*. Equinox, 2012.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*, Partes I e II, Petrópolis: Vozes, 2002.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital*. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2015b.

HORKHEIMER, *Critical Theory: Selected Essays*. New York: Continuum, 1995.

HUIZINGA, Johan. *O Declínio da Idade Média*. Ulisseia, 1985.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2015

HARARI, Yuval. *Sapiens, uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM, 2016.

HICKS, Michael; DEVARAJ, Srikant. *The Myth and the Reality of Manufacturing in America*. Ball State University, 2015. Disponível em: <<http://conexus.cberdata.org/files/MfgReality.pdf>> Acessado em 11 de jun. 2017

IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

JUNG, Carl; [et al.]. *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

MAGACHO, Lygia. **PARQUE DE INOVAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AS PESSOAS: METODOLOGIAS PARA O PLANEJAMENTO**. PUC-RIO, 2010.

MORIN, Edgar. **A Cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

OSBORNE, Roger. **Civilização**. Rio de Janeiro: Difel, 2016.

PARSONS, Talcott. *The Social System*, British Library Cataloguing in Publication Data, 1951.

PECEQUILLO, Cristina. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: UFRGS, 2003.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

POPPER, Karl. **Lógica das ciências sociais**. Brasília: Universidade de Brasília, 1978.

POPPER, Karl. **Conjecturas e refutações**. Brasília: Ed. UNB, 1982.

RUSSELL, Bertrand. **História do Pensamento Ocidental**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

STRECK, Lênio Luiz; MORAIS, José Luís. **Ciência Política e Teoria do Estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006

.

SARAIVA, Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2007

SIMÕES, Ricardo; CUNHA, Luís Emmanuel; FALCÃO, Clóvis. **Em Tributo a Maquiavel**. Recife: UFPE, 2016.

SILVA, Marco Antônio. **Teoria Crítica em Relações Internacionais**. Contexto int. vol.27 no.2 Rio de Janeiro, 2005

SYLVESTER, Christine. *Feminist Theory and International Relations in Postmodern Era*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a Análise Fílmica**. Campinas: Papyrus, 1994.

WALLACE, David Foster. *E Unibus Pluram: Television and U.S. Fiction*, *Review of Contemporary Fiction*, 13:2 (1993:Summer) p.151. Disponível em: https://jsomers.net/DFW_TV.pdf Acessado em 05 dez. 2017

WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional: Uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Disponível em:< <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Weber,%20Max/Max%20Weber%20-%20A%20C3%89TICA%20PROTESTANTE%20E%20O%20ESP%20C3%8DRITO%20DO%20CAPITALISMO.pdf> > Acessado em: 05 dez. 2017

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar,1982.

WENDT, *Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics*. *International Organization*, n. 46, p.391-425, 1992.

WEFFORT, Francisco; SADEK, Maria Tereza; RIBEIRO, Renato; MELLO, Leonel. **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, 2006.

WOLF, Martin. *Same As It Ever Was: Why Techno-optimists Are Wrong*. *Hi, Robot*. *International Affairs*, Julho/Agosto, 2015.

YUNUS, Muhammad. *Creating A World Without Poverty: Social Business And The Future Of Capitalism*. *Global Urban Development*, v4, 2 ed., 2008. Disponível em: <<http://www.globalurban.org/GUDMag08Vol4Iss2/Yunus.pdf>> Acessado em 05 de dez. 2017.

Vídeos

WISECRACK. **At The Mountains of Madness (H. P. Lovecraft) - Thug Notes Summary and Analysis**. Youtube, 2014.

WISECRACK. **David Foster Wallace - The Problem with Irony**. Youtube, 2016

Filmes

BLADE RUNNER. Direção: Ridley Scott, Produção: Warner Bros, 2007.

BLADE RUNNER 2049. Direção: Denis Villeneuve, Produção: Warner Bros, 2017.

O PLANETA DOS MACACOS: A GUERRA. Direção: Matt Reeves, Produção: 20th Century Fox, 2017

O PLANETA DOS MACACOS: O CONFRONTO. Direção: Matt Reeves, Produção: 20th Century Fox, 2017

O PLANETA DOS MACACOS: A ORIGEM. Direção: Matt Reeves, Produção: 20th Century Fox, 2017